

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

Lusiane Vivian Martinez

**NOBRADE e a descrição de fotografias nas diversas áreas da Ciência da
Informação.**

Porto Alegre
2009

Lusiane Vivian Martinez

NOBRADE e a descrição de fotografias nas diversas áreas da Ciência da Informação.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Prof.^a Flávia Helena Conrado.
Co-orientadora: Valéria Raquel Bertotti

Porto Alegre
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitora: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Prof. Ricardo Schneiders da Silva

Vice-Diretor: Prof^a Dr^a Regina Helena Van der Lann

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Prof^a Dr^a Ana Maria Moura

Chefe substituta: Prof^a Dr^a Helen Rozados

Martinez, Lusiane Vivian

NOBRADE: Sua aplicação na descrição de fotografias como documentos dentro das diversas áreas da Ciência da Informação./ Lusiane Vivian Martinez ; orientadora Flávia Helena Conrado. — Porto Alegre, 2009. 76 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Arquivologia, 2009.

1. Arquivologia. 2. Fotografia. 3. Descrição documental. 4. Ciências da Informação. I. Conrado, Flávia Helena. II. Título.

Departamento de Ciências da Informação

Rua: Ramiro Barcelos, 2705

CEP: 90035-007

Tel: (51) 3316-5146

Fax: (51) 3316-5435

E-mail: fabico@ufrgs.br

Lusiane Vivian Martinez

NOBRADE e a descrição de fotografias nas diversas áreas da Ciência da Informação.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Data de aprovação: 10 de dezembro de 2009.

Banca Examinadora:

Professora Flávia Helena Conrado (Orientadora)

Professora Mestra Maria do Rocio F. Teixeira

Professora Mestra Marlise Maria Giovanaz

DEDICATÓRIA

Ao meu tio Ênio, que sempre foi o mais carinhoso. Não pode estar aqui, mas está vindo de algum lugar. Saudades.

AGRADECIMENTOS

Durante os cinco anos que fiquei na faculdade, muitas pessoas passaram pela minha vida contribuindo para que este trabalho fosse concluído. Pessoas que me ensinaram a fazer e pessoas que me fizeram desistir de tudo por um tempo. Agradeço a todos que me ensinaram e a ser e a não ser, pois me ajudaram a trilhar o caminho e chegar aqui.

Agradeço à Flávia Conrado, minha orientadora e amiga, pela ajuda, compreensão, ensinamentos, confiança, por ter ajudado a dar passos importantes, por ser a pessoa que me entendeu sempre, por me fazer ter orgulho de ser humana, porque me mostra todo dia que a amizade é maior que tudo. Também ao Wagner por ser o companheiro de fotografias, por ter me emprestado a esposa e ainda assim me convidar pra jantar, obrigada pela amizade. Afinidade não tem preço.

À Valéria Bertotti, por ter sido a responsável por eu acreditar em mim e na profissão, porque me mostrou como dá pra ser (muito) feliz assim. Por ser sempre meu maior exemplo, porque me fez acreditar em coisas que eu julgava nem existir, pela confiança, respeito, carinho, incentivo, dedicação, porque segurou minha mão esse tempo todo, porque tornou este ano o melhor de todos, por tudo que nunca vou conseguir explicar e muito menos agradecer. Também ao Leandro, por me aceitar na sua casa, alugando a esposa no domingo, discutindo descrição documental, e ainda assim deixar ser considerado um amigo. São um presente da vida.

À Malu, porque me ensina todo dia o valor de um amigo. Porque sempre foi verdadeira, sempre disse a verdade que precisava ser dita, por ter confiado a mim seus maiores tesouros, porque soube me entender nos momentos difíceis, por eu saber que sempre vou ter com quem contar.

À Dani Xarão, por ter sido nesse tempo todo, a pessoa que puxou as orelhas, se preocupou e apoiou. Porque me entendeu e esteve comigo em todos os momentos. Esse é só o início do caminho, irmã!

Aos Amigolinos, Carol, Yuri, Zuleika e Luciano, por terem entendido a ausência e por serem grandes amigos, e principalmente ao Dani, que me apoiou e esteve comigo em todos os momentos, por ter amado tanto. Porque com vocês, jogar basquete é sempre inesquecível.

À Rita, por eu sempre receber um forte abraço apertado e cheio de carinho sempre que precisei, porque também acreditou e confiou. E ao Edson sempre soube, ainda que com seriedade, ser uma companhia divertidíssima!

Ao meu pai que, deu o que tinha e o que não tinha para eu ter essa oportunidade de agradecer, porque foi o amigo que eu sempre tive certeza ter.

À minha mãe, por tudo o de mãe que foi, pelo que me ajudou e entendeu.

Às minhas tias Tânia e Tirza e minha prima Sofia, por terem sido as pessoas que agüentaram os momentos todos de mau humor. Por eu saber que sempre tinha alguém em casa, por mais difícil que fossem os dias fora.

À meu avô e minha avó, que me deram a base pra eu ser a pessoa que eu tenho orgulho de ser. Por construírem a família que sempre esteve aqui, nos bons e maus momentos.

Aos colegas de aula e de trabalho, que tornaram isso tudo suportável e divertido. E aos amigos que reclamaram, mas que entenderam a ausência e o mau humor: Carla Fabbris, Pauliña, Adrianita, Dani Rocket, Michele Carvalho, Sylvinha, Carol Vidal.

Aos que me acolheram quando tudo ficou muito difícil, me apoiaram na volta e me fizeram entender a fotografia além da arte: Ângela Flach, Geraldo Flach, Renata Adegas, Marcelo Corsetti, Vanessa Longoni, Angelo Primon, Luke Faro, Marcelo Delacroix, Monica Tomasi, e tantos outros que me mostraram a vida atrás dos palcos.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para que este trabalho fechasse um ciclo cheio de histórias pra contar. Porque sabem o quanto foi difícil e longa toda a caminhada.

Vocês são essenciais.

“(...) a fotografia é, na sua materialidade, (...) uma fenda aberta no tempo, uma rachadura do espaço, uma marca, um rastro, um indício. Corte e galope, ela é essa superfície de signos múltiplos e complexos, aberta a um passado que já não existe mais e a um futuro que não chegou a ser. As fotografias são tecidos, malhas de silêncios, (...) películas das nossas vivências. As fotografias são memórias e confidências.”

(Etienne Samain)

RESUMO

A fotografia - que ao longo dos anos vem adquirindo importante papel na sociedade moderna - insere-se dentro do conceito de documento, e assim, torna-se objeto para as três áreas da Ciência da Informação. Custodiar, organizar e difundir são as primordiais tarefas do que se habituou chamar de Três Marias da Ciência da Informação, e para que o ciclo se complete, a atividade de descrição e a conseqüente criação dos instrumentos de pesquisa foram pensados, pois estes fazem a ligação entre usuário e o acervo. Na Arquivologia, esta atividade tem como aporte algumas normas que buscam padronizar a descrição e com isso facilitar a troca de informações entre instituições. No presente trabalho, contextualizou-se a fotografia enquanto objeto de cada uma das disciplinas da Ciência da Informação e, principalmente, analisou-se a aplicação da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) na descrição fotográfica dentro destas áreas, de modo a possibilitar a troca de informações entre instituições de diferentes naturezas. Como metodologia, foram observadas três instituições, uma de cada área. Examinou-se os instrumentos de busca, identificou-se os elementos de descrição e posteriormente comparou-se com os da Norma, verificando-se, assim, que a NOBRADE abarca as necessidades das diversas áreas.

Palavras-chave: Descrição. Fotografia. Normas de Descrição. Ciências da Informação.

ABSTRACT

The photography - that over the years has acquired an important role in modern society - falls within the concept of document, and thus, become object of the three areas of Information Science. Safeguard, organize and disseminate are the primary tasks that we've come to call Three Marias of Information Science, and to the cycle becomes completed, the activity description and the consequent creation of finding aid were designed, because it's makes the connection between user and the holdings. In the Archive Administration, this activity has some contribution rules that seek to standardize the description and, that way, facilitate the information exchange between institutions. The present work, was contextualized the photograph as an object of each of the disciplines of Information Science and, especially, was analyzed the application of the Brazilian Standard Archival Description (Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE) in the description gallery in these areas, to enable the information exchange between institutions of different natures. Methodology, where observed three institutions, one from each area. Was examined the finding aid, was identified the elements of description and then compared with those of Standard, concluding in this way that the NOBRADE covers the needs of different areas.

Keywords: Description. Photography. Descriptive Standards. Information Sciences.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR2 – Anglo-American Cataloguing Rules

APPM – Archives, Personal Papers and Manuscripts

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

ICA – Conselho Internacional de Arquivos

ISAAR (CPF) – Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias

ISAD (G) – Norma Internacional de Descrição Arquivística

MAD – Manual of Archival Description

NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense

RAD – Règles pour La Description des Documents d'Archives

SAA - Sociedade dos Arquivistas Americanos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA	17
2.1	A Ciência da Informação	17
2.2	A Fotografia	20
2.2.1	<i>A Gênese da Fotografia</i>	21
2.2.2	<i>Fotografia como fonte de pesquisa e documento</i>	24
2.2.3	<i>A fotografia nas diferentes óticas da Ciência da Informação</i>	26
2.2.3.1	Arquivologia	26
2.2.3.2	Biblioteconomia	31
2.2.3.3	Museologia	35
2.3	Descrição Arquivística	39
2.4	Instrumentos de Pesquisa	43
2.5	Normas de descrição: A NOBRADE	45
3	INSTITUIÇÕES PESQUISADAS	54
3.1	Centro de Pesquisa e Documentação da FGV	54
3.2	Biblioteca Nacional	57
3.3	Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa	59
4	ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS	63
4.1	Semelhanças e Diferenças	63
4.2	Análise da NOBRADE com relação às instituições	67
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
	REFERÊNCIAS	74

1 INTRODUÇÃO

Quando em 1826, Joseph Nicépore Niépce criou a primeira fotografia, certamente não imaginava que sua descoberta - na verdade um avanço nas técnicas que já vinham sendo estudadas em diversas partes do mundo – alcançaria o imenso sucesso que é hoje em dia. A fotografia tornou-se uma das técnicas mais utilizadas para registrar os fatos do cotidiano como uma maneira de perpetuar a história das pessoas. A “mágica” de se ter os momentos capturados e preservados foi sendo uma prática comum e admirada.

A fotografia é, hoje, uma importante fonte de pesquisa. Se não como um documento único capaz de, por si só, fornecer elementos capazes de subsidiar a necessidade do pesquisador, como um complemento importante para a pesquisa. Apesar de sua característica híbrida de objetividade e subjetividade, a fotografia representa uma realidade, ainda que com a possibilidade de interpretações diversas, como afirma Tânia Cristina Registro em sua dissertação de 2005 (p.54-55):

A fotografia é crível em relação ao referente, atesta, portanto, a existência de uma realidade; mas a fotografia é sempre interpretativa, porque deriva de uma escolha. Não se configura como um espelho da realidade e não guarda traços de total fidelidade a essa realidade. Na fotografia, a parcialidade é algo que está sempre presente no conteúdo da imagem.

Assim, desde o seu registro, a fotografia já é produto da subjetividade do fotógrafo que escolheu o que fotografar e como fotografar.

Com o paradigma¹ da Nova História Cultural, que trouxe ao pesquisador uma nova maneira de se posicionar frente aos documentos, e também com a necessidade da busca por novos tipos de fontes de pesquisa, a fotografia conquistou um espaço importante não apenas em arquivos, mas também em museus, bibliotecas e centros de documentação. Esta conquista de espaço tem aproximado cada vez mais os profissionais da Ciência da Informação a este novo gênero documental, uma vez que tais profissionais vêm aprofundando seus estudos sobre

¹ Ao contrário da visão dos historiadores clássicos, a Nova História Cultural “ênfatisa a história das mentalidades, suposições e sentimentos, além de estabelecer uma profunda preocupação com a teoria” (HONOR, 2005, p.150), encara a cultura popular como elemento importante para entender a história das civilizações. Este tema será abordado na subseção 2.2.2.

fotografia e adaptando as teorias existentes. Teorias essas, que em sua maioria e, especialmente na Arquivologia, nascem para subsidiar documentos textuais.

Na visão da Arquivologia, os acervos fotográficos compõem o que se convencionou chamar de arquivos especiais. Constituem esse tipo de arquivo os documentos de formas físicas diversas, "(...) por esta razão, merecem tratamento especial não apenas no que se refere ao seu armazenamento, como também ao registro, acondicionamento, controle, conservação, etc" (PAES, 2004, p.22).

O objetivo principal do arquivista deve ser tornar a informação disponível da maneira mais eficiente a quem possa interessar, independente do suporte ou gênero em que ela estiver inserida. Para isso, princípios, teorias e técnicas foram sendo desenvolvidos ao longo dos anos como, por exemplo, a descrição arquivística, que se tornou um desafio para o profissional da informação, que deve fazê-la de maneira objetiva e imparcial. E para que o arquivista atinja o máximo de objetividade possível, surgiram as normas de descrição.

Lançada em 2006, a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) foi criada a partir da necessidade e da recomendação de adaptação de normas internacionais já existentes para a realidade brasileira. Baseada, principalmente, na Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD (G)), a NOBRADE mantém as principais características desta com acréscimo de novos elementos de descrição, bem como exemplos mais detalhados que facilitam o entendimento e sua aplicação.

Os elementos descritivos da Norma foram definidos, justamente, para que seja abreviada a subjetividade inerente ao ser humano e que assombra a atividade do arquivista. É clara a importância da padronização deste fazer arquivístico para que a recuperação das informações seja feita de maneira mais rápida e eficiente. Além disso, com a popularização da informática e a possibilidade de trocas de informações entre instituições, esta padronização dos instrumentos de pesquisa, especialmente os disponíveis através de banco de dados, torna-se imprescindível.

A Ciência da Informação tem como foco principal a informação, ou melhor, o acesso a informações. Há muito ela deixou de valer-se apenas de documentos textuais. Atualmente, fotografias e documentos audiovisuais, objetos museológicos e outros gêneros documentais têm demonstrado sua importância na

geração de novos conhecimentos quando associadas a outras fontes, e mesmo como fontes primárias. Tanto na Biblioteconomia na formação de coleções, na Arquivologia estando ligada organicamente a uma ação produtora ou na Museologia servindo como um objeto isolado e com características únicas, a fotografia alcançou seu espaço e se afirmou como elemento importante e presente nessas áreas.

Assim, considerando a importância dos acervos fotográficos como fonte primária de informação e sua inclusão em diversas instituições tais como arquivos, museus, centros de documentação e bibliotecas, bem como a tradição arquivística em tratar, principalmente, os documentos textuais, que se propõe neste estudo a revisão de teorias e normatização da atividade de descrição documental e sua aplicabilidade a documentos fotográficos nas diferentes áreas da Ciência da Informação.

O escopo principal deste trabalho é a verificação do grau de eficiência da NOBRADE na sua aplicação em acervos fotográficos, verificando quais elementos são facilmente identificados e quais apresentam maior grau de dificuldade, bem como se a referida norma consegue realmente envolver toda a complexidade da fotografia dentro das diversas áreas da Ciência da Informação. Objetiva-se, além de verificar a eficiência da NOBRADE na descrição de fotografias como se propõe a ser com documentos textuais, a adaptabilidade da Norma a este gênero documental, podendo inclusive ser usada para outras áreas além da Arquivologia.

Como já mencionado, as fotografias inserem-se no que se chama de arquivos especiais e como tal, exigem tratamento diferenciado não apenas no que se refere ao armazenamento e conservação, mas também aos procedimentos técnicos de gestão e é neste ponto que tais questionamentos se justificam. Apesar desta indicação para os arquivos especiais, a Norma recomenda a sua aplicação em qualquer gênero documental.

Além disso, existe a questão de que a fotografia é objeto de todas as áreas da Ciência da Informação, porém entendida com diferenças significativas e com necessidades diversas. Nesse sentido, caso a NOBRADE se mostre eficaz para a descrição arquivística de fotografias, se é possível aplicá-la dentro dessas outras áreas, o que possibilitaria, especialmente, a troca de informações não só entre

arquivos, mas também com bibliotecas, museus e centros de documentação, propiciando maior interação entre as instituições.

Para tentar responder tais questões e encontrar conclusões mais efetivas e eficientes, se propôs a identificação dos elementos descritivos utilizados em três instituições distintas que já realizam descrição em documentos fotográficos. Uma instituição com características de arquivos, uma de museu e outra ainda de biblioteca, para que se pudesse identificar a necessidade de cada uma, baseada em sua visão de documento sobre a fotografia. Após, os elementos encontrados foram cruzados com os campos descritivos presentes na NOBRADE para que, a partir disso, fossem identificadas as semelhanças e diferenças entre eles e assim concluir sobre o grau de eficiência da Norma.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

A seguir, serão apresentados os conceitos básicos que possibilitarão o desenvolvimento da pesquisa. Será exposto o histórico da fotografia, sua utilização como documento e fonte histórica, bem como situá-la dentro das diversas áreas da Ciência da Informação. Posteriormente, serão limitados pontos sobre descrição arquivística, bem como uma breve apresentação da NOBRADE.

2.1 A Ciência da Informação

A Ciência da Informação é, por natureza, multidisciplinar e interdisciplinar, ou seja, abrange inúmeras áreas do conhecimento e depende delas para compreender seu objeto: a informação. Conforme foi encontrando espaço na linguagem do cotidiano, o conceito de informação foi naturalmente abarcando outros, como os de conhecimento e comunicação, que não são, necessariamente, a maneira como compreendidos pela Ciência da Informação.

Para que se possa entender sua área de atuação, é importante compreender o real significado de informação, bem como a diferença entre esta e os conceitos de dados, conhecimento e sabedoria. Esses quatro conceitos formam uma linha hierárquica de evolução que explicaremos a seguir.

Em linhas gerais, dados são a menor unidade da informação, elementos passíveis de quantificação e não interpretados. Já a informação, é “(...) um conjunto de dados, de forma compreensível gravada sobre papel ou outro suporte, e capaz de comunicação” (ALVES apud SILVA et. al., 2002, p.25, tradução do autor)². Ou seja, os dados se transformam em informação quando interpretados em uma determinada sequência lógica e em um determinado contexto.

Continuando a evolução dos conceitos de dado e informação, segue o de conhecimento, que se caracteriza por ser “a consequência mental de angariar

² “an assemblage of data in a comprehensible form recorded on paper or some other medium, and capable of communication.”

informações” (ALBRECHT, 2004, p.2-3). O conhecimento se forma na mente humana, onde adquire características peculiares ao cérebro onde é armazenado. Sabedoria, que é o conceito que atinge o nível mais alto dessa evolução. É ainda mais peculiar, subjetivo e complexo, compreendido como a “capacidade de ir além dos conhecimentos disponíveis e chegar a novas descobertas com base no aprendizado e experiência” (ALBRECHT, 2004, p.4). É o que permite prever convergências e a formulação de novas teorias. Ou simplesmente como Setzer (apud GASQUE, 2005, p.35) sintetiza:

(...) estudando os três primeiros estágios dessa progressão, entende que os dados constituem uma seqüência de símbolos quantificados ou quantificáveis com valor sintático; a informação, uma abstração informal significativa que ocorre na mente de alguém e comporta um elemento semântico, podendo ser representada por meio de dados; e conhecimento, a abstração interior, pessoal, de alguma experiência de vida.

A informação vem alcançando um papel cada vez mais significativo no desenvolvimento humano e em suas relações, “(...) é a mais poderosa força de transformação do homem. O poder da informação, aliado aos modernos meios de comunicação em massa, tem capacidade ilimitada de transformar culturalmente o homem, a sociedade e a própria humanidade” (ARAÚJO, 1991, p.37). Com o avanço da linguagem oral e escrita, a informação tornou-se indispensável e, com a ajuda das novas tecnologias e novas áreas do conhecimento, ela – gerando cada vez mais conhecimento – foi crescendo em progressão geométrica, até chegar ao que hoje chama-se Sociedade da Informação ou do Conhecimento.

Como já mencionado, o objeto da Ciência da Informação é, como o próprio nome diz, a informação. Sobre a conceituação de informação acima atribuída, Armando Malheiro complementa: “É, pois, nesse sentido que se emprega o termo e é esse tipo de informação que sendo materializado através das mensagens contidas nos documentos, constitui o objecto de interesse dos cientistas da informação.” (SILVA, 2002, p.25.). Porém, a Ciência da Informação não se refere apenas ao sentido estrito do conceito, mas principalmente à transferência dessas informações: “essa área do conhecimento estaria voltada para o estudo da aquisição do conhecimento, isto é, informações às quais se emprestou um significado” (DESCHÂTELET, 1990 apud FONSECA, 2005(a), p.27).

A nova sociedade confirma essa troca e evidencia a importância da Ciência da Informação para o avanço do conhecimento em diversas áreas, e confirma sua característica interdisciplinar. Sobre este termo, Le Coadic (1996, p.22) elucida: “A interdisciplinaridade traduz-se por uma colaboração entre diversas disciplinas, que leva a interações, isto é, uma certa reciprocidade, de forma que haja, em suma, enriquecimento mútuo”, ou seja, a troca de informações que se torna o objeto da Ciência da Informação. A complexidade da compreensão destas relações se dá quando se evidencia que esta ciência, além de estudar as trocas de informações, se vale destas para gerar mais conhecimento e sua própria conceituação.

Neste sentido, Le Coadic (1996, p.22) complementa:

A ciência da informação é uma dessas novas interdisciplinas, um desses novos campos de conhecimento onde colaboram entre si, principalmente, a psicologia, a lingüística, a sociologia, a informática, a matemática, a lógica, a estatística, a eletrônica, a economia, o direito, a filosofia, a política e as telecomunicações.

Fonseca destaca a conceituação de Ciência da Informação elaborada na Conferência realizada no Georgia Institute of Technology em 1962, considerado, então, local e ano em que a Ciência da Informação fora considerada como tal:

Ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo de informação e os meios de processar a informação para ótima acessibilidade e uso. O processo inclui a origem, a disseminação, a coleta, a organização, o armazenamento, a recuperação, a interpretação e o uso da informação. O campo está relacionado com matemática, lógica, lingüística, psicologia, tecnologia da computação, pesquisa operacional, artes gráficas, comunicação, biblioteconomia, administração e algumas outras áreas. (SHERA e CLEVELAND, 1977 apud FONSECA, 2005(a), p. 19)

A Ciência da Informação da qual se trabalha aqui, refere-se à informação científica, que teve sua gênese relacionada à Conferência supracitada. Anteriormente, no que Pinheiro (2002, p.62-63) se refere à “pré-história da ciência da informação”, essa ciência e seu objeto era chamada de Bibliografia. Sobre o assunto, a mesma autora complementa:

O objeto da área, informação, é um campo vasto e complexo de pesquisas, tradicionalmente relacionado a documentos impressos e a bibliotecas, quando de fato a informação de que trata a Ciência da Informação, tanto pode estar num diálogo entre cientistas, em comunicação informal, numa

inovação para o setor produtivo, em patente, numa fotografia ou objeto, no registro magnético de uma base de dados ou numa biblioteca virtual ou repositório, na Internet.

Nesse sentido, considera-se a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia como as disciplinas essenciais para a gestão dessa informação: “Adquirir, armazenar e recuperar informação são, em stricto sensu, as três funções fundamentais dos sistemas e serviços relacionados com o tratamento da informação designadamente as Bibliotecas, Centros de Documentação ou Serviços de Informação e os Arquivos” (SILVA, 2002, p.25).

Cada uma delas tem características que as diferenciam umas das outras, além de especificidades e áreas de atuação, porém é a informação que está no tronco comum destas disciplinas, tornando-as os elementos formadores da Ciência da Informação:

A informação, tanto pode ser gerada na ciência e tecnologia, quanto ser produto da cultura e da arte, e no seu processamento técnico são adotadas metodologias similares às três áreas (Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia), com pontos comuns, resguardadas as peculiaridades de cada uma e ainda que, muitas vezes, seja utilizada terminologia distinta. (PINHEIRO, 1998, p.3)

Nota-se que é perfeitamente possível a troca de experiências entre as disciplinas, e que, respeitando estas especificidades e características, pode-se propor instrumentos que integrem as informações oriundas de ambas em busca de novos conhecimentos.

2.2 A Fotografia

Definir o que é fotografia não é uma tarefa simples, pois ela se valha de uma série de técnicas de diversas áreas de conhecimento, como a Física e a Química, para que se torne uma realidade. Este leque abre ainda mais quando se pensa nas áreas em que a fotografia pode servir de objeto, como a História, as Artes, as Ciências Sociais, as Ciências da Informação e até mesmo como auxílio na Medicina. Assim, pode-se perceber que a fotografia, atualmente, ultrapassa várias

fronteiras. Talvez, exatamente por esta razão, seja tão difícil compreender o que é a fotografia e o quanto ela vem contribuindo e acompanhando o avanço da humanidade.

Após sua descoberta, a fotografia evoluiu tanto que alcançou um papel importante no cotidiano das pessoas, atingindo um nível tão alto de popularidade que atualmente pode-se vê-la presente nos diversos níveis sociais. Desde sua invenção até sua inserção total no cotidiano, a fotografia vem servindo de importante meio de registro das atividades humanas, bem como o conseqüente papel de fonte histórica e de informação.

Nascida com o desejo do registro fidedigno da realidade e da verdade, a fotografia tornou-se praticamente incontestável, porém, conforme Carlos Blaya Perez fala em seu texto *Análise Morfológica de Imagens Fotográficas*:

Não nos preocupamos em verificar se o que elas nos mostram é uma reprodução fiel da realidade ou se estamos diante de uma imagem com conotação ideológica, com uma grande dose de simbologia, onde seu autor procura passar o seu pondo de vista (PEREZ, 2001, p.1).

Ou seja, se esquece que o registro da realidade é também fruto da subjetividade. O que está registrado não é necessariamente a verdade ou pode ser até mesmo, uma construção da verdade, uma criação do fotógrafo. Apesar disso, a fotografia tem servido como objeto para o registro do cotidiano e da memória adquirindo como já visto, status de documento.

2.2.1 A Gênese da Fotografia

A fotografia é o resultado da união de dois fenômenos: um físico, que diz respeito à formação de imagens em uma superfície plana, através da projeção de raios luminosos, e outro químico, sobre a capacidade que apresentam alguns elementos de reagir à luz, variando seu aspecto. Baseado principalmente no primeiro, Aristóteles (384 a.C – 322 a.C) cria o princípio da câmara obscura, que consistia em uma câmara completamente fechada, apenas com um pequeno orifício por onde entram os raios luminosos refletidos de algum objeto externo, formando a

imagem invertida do mesmo. A imagem formada não era nítida, porém já era usada por pintores e cientistas no cumprimento de suas atividades.

Em 1826, Joseph Nicépore Niépce, usando betume de Judéia, uma espécie de asfalto que endurecia quando exposto ao sol, é, efetivamente, o primeiro a fixar uma imagem usando os dois fenômenos. Jacques Mande Daguerre, aperfeiçoando a técnica de seu sócio Niépce, cria o daguerreótipo em 1838, que já utiliza uma superfície recoberta por sais de prata. Seu grande mérito é conseguir revelar e fixar a imagem latente em uma superfície, através da utilização de vapores de mercúrio e tiosulfato de sódio.

Desde então, com o imenso sucesso de daguerreótipo, foram surgindo novos avanços desta descoberta, como o aumento da sensibilidade das placas e a introdução da objetiva de dois elementos, que possibilitou o retrato de pessoas, até então praticamente impossível, devido ao alto tempo de exposição exigido.

Contemporâneo de Daguerre, William Henry Fox Talbot, desenvolve um processo semelhante: a caliotipia. Ele foi o primeiro a utilizar o princípio do negativo, este de papel, para obter um número ilimitado de cópias positivas. Gerava imagens não muito nítidas e com o aspecto de um desenho a carvão, talvez por isso não obteve o mesmo sucesso do daguerreótipo:

A caliotipia não obedecia portanto à natureza intrínseca da fotografia: a reprodutibilidade, enquanto o daguerreótipo se aparentava conceitualmente à pintura em virtude de seu caráter de imagem única e, portanto, rara. (VASQUEZ, 2000, p.2)

Em 1847, Abel Niépce de St Victor, primo de Niépce, desenvolveu o princípio do negativo de vidro, que após alguns avanços com uma emulsão chamada colódio, alcançou sucesso, principalmente entre as pessoas públicas, como os políticos, que necessitavam de várias cópias.

No ano de 1888, George Eastman lança a máquina Kodak, de fácil manuseio e que se utilizava de uma película em papel flexível e no ano seguinte, lança os primeiros filmes flexíveis, substituindo, definitivamente os de vidro.

A invenção de Eastman vinha equipada com um filme suficiente para cem poses: ao término destas, a máquina deveria ser encaminhada novamente à fábrica, onde o filme era revelado e substituído por outro. A Kodak era produzida em larga

escala, tornando-se cada vez mais popular e a fotografia ganhava, definitivamente, espaço de destaque na sociedade.

Vale registrar ainda, que em 1833, seis anos antes do registro por Daguerre, em solo brasileiro, o francês Florence, apesar de todas as dificuldades, já desenvolvia algumas das técnicas exploradas, concomitantemente, em outras partes do mundo. Ele foi

(...) a primeira pessoa no mundo a fazer uso comercial da fotografia, ao produzir pouco depois rótulos de farmácia e diplomas de maçonaria com seu processo. Além disto, foi também a primeira a usar o verbo photographier e o vocábulo photographie já em 1834, cinco anos antes que Sir John Herschel sugerisse a adoção deste termo para designar genericamente todo e qualquer processo fotográfico. (VASQUEZ, 2000, p.7)

No Brasil, a fotografia foi efetivamente incorporada quando D. Pedro II, encantado com as demonstrações do francês Louis Compte sobre o Daguerreótipo, encomenda um equipamento completo para ele próprio praticar a fotografia. Guardadas as devidas proporções econômicas, o daguerreótipo teve, no Brasil, o mesmo sucesso que na Europa, o fascínio era geral.

Ao longo do século XX, as máquinas fotográficas foram se modernizando, até que no final dos anos 1980, a fotografia analógica foi dando espaço à fotografia digital que popularizou ainda mais esse método de registro do cotidiano, atingindo, hoje, os mais diversos níveis sociais. Ao contrário das antigas máquinas, as digitais eliminam os processos de revelação do filme e reduzem praticamente a zero os gastos no processo fotográfico, além do mais, a produção de fotografias teve um considerável aumento: fotografa-se tudo e a todo o momento.

A facilidade com que uma máquina digital chega às mãos de fotógrafos profissionais e amadores, e ainda o seu baixo custo, permite um descontrolado número de fotografias que, mesmo com a instabilidade do meio digital, servem de registro das atividades humanas. Esta popularização somente evidencia o importante papel de documento histórico adotado pela fotografia.

2.2.2 *Fotografia como fonte de pesquisa e documento*

O paradigma tradicional da história fala que esta deve basear-se na política, nos grandes feitos, dos grandes homens, ou simplesmente na “história vista de cima” (BURKE, 1992, p.21) e que esta deve embasar-se em documentos oficiais com a idéia de verdade única e absoluta. Com a inclusão da visão antropológica e a criação da Escola dos Annales de Jacques Le Goff, surgiu a Nova História Cultural que passou a entender tudo como parte da história, que “tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído e relacionado ao restante do passado” (HALDANE, 1951 apud BURKE, 1992, p.11). Com isso, se passou a levar em consideração aquilo que vinha sendo ignorado pelos historiadores, incluindo a história da classe baixa e da vida do cotidiano, onde surge a necessidade de novas fontes de pesquisa, já que os documentos oficiais expressam basicamente a versão dos vencedores.

Em linhas gerais, pode-se definir como documento “toda representação material destinada a reproduzir determinada manifestação do pensamento” (CHIOVENDA, 1998 apud GICO JUNIOR, 1999, p.5). É notório que os documentos textuais trazem maior facilidade e subsídios para a pesquisa histórica, porém, tendo a Nova História como suporte, é possível distinguir outras fontes de pesquisa como a história oral, dados estatísticos e a própria fotografia:

A fotografia pode ser usada como fonte histórica se a tomarmos como um fragmento de realidade, um aspecto do passado, cuja decisão de registro e de fixação de um certo dado foi opção do autor. Para tal, faz-se necessário levantar os diversos aspectos contidos na fotografia e sua contextualização, perceber os conteúdos subjacentes e os motivos para seu registro. (MÜLLER, 2006, p.2)

Depois de seu desenvolvimento, a fotografia foi, naturalmente, registrando o que vinha acontecendo nas mais diversas partes do mundo. O que antes só era possível conhecer e compreender pelos documentos escritos, a partir daí ganha mais um aliado: “(...) o homem passou a ter um conhecimento mais preciso e amplo de outras realidades que lhe eram, até aquele momento, transmitidas unicamente pela tradição escrita, verbal e pictórica” (KOSSOY, 1989, p.15).

É possível encontrar pequenas e grandes histórias nas fotografias, principalmente quando associadas a outras fontes, que são capazes de reconstruir temas com bastante precisão, até mesmo quando este for produto da ação direta do fotógrafo:

Alguns historiadores têm proporcionado valiosas contribuições à nossa visão do passado – e do local em que nele está inserido o material visual – usando as imagens de uma forma sofisticada e especialmente histórica. (ibid, p.237)

Depois de anos sem ser encarada como documento, com a Nova História Cultural e sua nova maneira de analisar a história, a fotografia finalmente conseguiu alcançar esse status no final do século XX. Adquiriu uma função de complementação aos documentos já utilizados, disponibilizando elementos que nenhum outro tipo tem a capacidade de fornecer:

As fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se tentar sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para decifração de seus conteúdos e, por consequência, da realidade que os originou. (KOSSOY, 1989, p.20)

Além disso, é possível encontrar elementos que somente em uma imagem é possível se obter, aqueles que tornam a fotografia “(...) um intrigante documento visual cujo conteúdo é a um só tempo revelador de informações e detonador de emoções” (ibid, p.16)

A fotografia surgiu com o desejo de ser um registro fiel dos acontecimentos do cotidiano e também com a idéia de ser imparcial, já que era considerada como um recorte da verdade e o que estava expresso nela não poderia ser contestado. Porém, como em toda atividade humana, a subjetividade também está presente nas fotografias, como afirma Burke (1992, p.27): “assim como os historiadores, os fotógrafos não apresentam reflexos da realidade, mas representações da realidade”. É preciso se ter em mente que ela não está isenta de interpretações não condizentes com a realidade ou mesmo de alterações que, com a facilidade de elementos digitais, são cada vez mais comuns.

Nesse sentido, vale ainda ressaltar a definição de Bellotto (2005, p.263) sobre documento: “reflete uma realidade; não é a realidade concreta. É um discurso sobre a realidade”. Pode-se, então, evidenciar-se que nem mesmo os documentos

tradicionais (textuais em suporte papel) estão isentos da subjetividade humana, e mais que isso, que a fotografia pode, da mesma maneira, ser incluída nesse conceito de documento.

Assim, é notória a importância da fotografia dentro do contexto historiográfico e a conseqüente responsabilidade do profissional da ciência da informação em conservar, preservar, disponibilizar e difundir esses documentos presentes em seu acervo, bem como subsidiar e auxiliar ao máximo a pesquisa.

2.2.3 A fotografia nas diferentes óticas da Ciência da Informação

Como já exposto, a informação é o objeto de estudos das disciplinas que compõem as Ciências da Informação. Também, foi evidenciado o importante papel que a fotografia tem como documento e fonte de pesquisa e informação. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia são as áreas preocupadas em gerir essa informação, que se multiplica de maneira rápida e descontrolada. Cada uma delas tem um jeito diferente de compreender, analisar, tratar e disponibilizar tais informações. Vale estabelecer as diferenças entre estas disciplinas, seus objetos e analisar o papel da imagem fotográfica dentro de cada uma delas.

2.2.3.1 Arquivologia

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.27), arquivo é o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza do suporte”. Definir o objeto e a visão da Arquivologia sobre alguns aspectos torna-se importante para que se possa compreender sua relação com a fotografia.

Conforme Schellenberg (2006) os documentos de arquivo apresentam seis características básicas:

a) quanto à sua origem: são considerados documentos de arquivo aqueles gerados ou recebidos pelo produtor no cumprimento de suas funções mantendo, assim, relações uns com os outros. Incluem-se os documentos textuais, audiovisuais, fotografias, entre outros:

Se foram produzidos no curso de uma atividade organizada, com uma determinada finalidade, se foram criados durante o processo de consecução de um certo fim administrativo, legal, de negócio ou qualquer outro fim social, são então considerados como tendo qualidade de material de arquivo em potencial. (SCHELLENBERG, 2006, p.38)

Por esses motivos, são considerados elementos únicos, inter-relacionados com pouca ou nenhuma cópia, daí “a importância do Arquivo no sentido de preservar texto e papel” (CASTRO et. al., 1988, p. 22);

b) quanto à entrada para a custódia: essencialmente, os arquivos são receptores de documentos, ou seja, “o acervo forma-se naturalmente e cumulativamente” (RICHTER et. al., 1997, p. 61). Aqueles que o compõem têm íntima relação com o órgão na qual estão inseridos, como se sugere no item anterior, produto de suas próprias atividades. Portanto, não existe razão para que um arquivo adquira outros tipos de documentos, ou, ainda conforme Schellenberg (2006, p.47), quando “destinado a servir à administração de um certo nível não receberá senão os materiais produzidos naquele nível de administração”;

c) quanto à finalidade:

(...) os documentos são produzidos para transmitir procedimentos administrativos ou jurídicos a pessoas que estão desempenhando quaisquer funções nas entidades com o fim de facilitar a gestão administrativa e institucional. Uma vez cumpridas essas atividades, podem ter fins cognoscitivo, cultural e de investigação científica. (RICHTER et. al., 1997, p. 61)

Isso caracteriza o que a Arquivologia costuma denominar de Ciclo Vital dos Documentos, onde passam por fases distintas dependendo de sua utilização dentro do órgão. Este Ciclo é sistematizado pela Teoria das Três Idades, que classifica os arquivos em: correntes, intermediários e permanentes, conforme seu valor dentro do órgão custodiador;

d) quanto à avaliação e seleção: os documentos de arquivo adquirem relações uns com os outros no decorrer de seu trâmite administrativo:

(...) estão ligados por um elo que é criado no momento em que são produzidos ou recebidos, que é determinado pela razão de sua criação e que é necessário à sua própria existência, à sua capacidade de cumprir seu objetivo, ao seu significado e sua autenticidade; os registros arquivísticos são um conjunto indivisível de relações. (JARDIM e FONSECA, 2005, p.126)

É o que a Arquivologia chama de Princípio da Organicidade, portanto, fica evidente que os documentos

(...) devem ser avaliados no seu conjunto, com vistas à eliminação ou conservação definitiva. São exemplares únicos e por isso o julgamento é final e irrevogável. Os documentos são julgados, inicialmente, de acordo com seus valores administrativos, fiscais e jurídicos e, após, considerando os valores informativos e probatórios será determinada sua guarda permanente, provisória ou eliminação. (RICHTER, 1997, p. 62)

Esta atividade deve ser baseada em uma Tabela de Temporalidade, onde o profissional, juntamente com uma comissão de avaliação de documentos, definirá os prazos de guarda e a destinação destes documentos;

e) quanto à classificação e arranjo: segundo a ótica arquivística, os documentos são classificados conforme as características específicas da instituição onde foram produzidos e acumulados:

Faz-se mister conhecer a relação entre as unidades, a organização e funcionamento dos órgãos. O Arquivista precisa conhecer o órgão, a documentação do órgão em profundidade e elaborar o código próprio para aquele órgão. Não há padrões e há necessidade de grande criatividade e embasamento cultural para que o Arquivista possa fazer sua classificação. (CASTRO et. al., 1988, p.22-23)

Por este motivo e, ao contrário de outras áreas como a Biblioteconomia, por exemplo, a Arquivologia não pode valer-se de “esquemas predeterminados de classificação de assunto” e sim, “deve estabelecer uma classificação ditada pelas circunstâncias originais de criação” (SCHELLENBERG, 2006, p.48), ou seja, respeitando sua proveniência e sua ordem original;

f) quanto à descrição: os documentos de arquivo estão ligados uns com os outros formando, assim, fundos, grupos, séries e unidades arquivísticas, só fazem sentido se estiverem dentro do seu contexto. Portanto, a descrição arquivística deve

ser feita visando o conjunto documental e a não os documentos individuais: “A descrição em Arquivo é feita por unidades. Essas unidades constituindo agregados de peças ou dossiês. (...) Em arquivística, o tratamento é por conjunto” (CASTRO et. al., 1988, p.23). O desenvolvimento da descrição dá origem aos chamados instrumentos de pesquisa, nomeados conforme o nível de descrição. Este assunto será tratado com maior profundidade na subseção 2.3.

Ao sintetizar as características mais marcantes de um documento de arquivo, Camargo (2003 apud SILVA et.al., 2006, p.3) afirma que eles devem

(...) ser produzidos de forma natural, por um imperativo de ordem prática, no âmbito do funcionamento de uma instituição, nascido para servir de prova da ação que o originou (...) carregam a evidência de quem os produziu, não podendo ser interpretados sem o conhecimento das razões para os quais foram produzidos, das condições do qual se originam.

Assim, os documentos nascem como espelho de funções e atividades humanas

(...) mas não são apenas testemunhos voluntários, são produtos de uma gestão. Não são produzidos com uma finalidade histórica, mas a partir de certas designações e de certo tempo, se convertem em indispensáveis fontes históricas. (ALBUQUERQUE et. al., 2007, p.4)

É notório que os arquivos, em sua maioria, compõem-se de documentos textuais em suporte papel, principalmente porque grande parte das relações humanas são efetivadas através destes documentos. Porém, nos últimos anos, arquivistas e sociedade vêm considerando cada vez mais a importância dos documentos em outros suportes e gêneros, tais como discos de vinil, documentos digitais, mapas, microfilmes, fitas magnéticas e as fotografias, bem como a aplicação das técnicas arquivísticas sobre os mesmos. Isso também foi influenciado, como já visto, pelo surgimento da Nova História Cultural que incluiu um novo conceito de documento e fonte de pesquisa, chamando a atenção da Arquivologia para os demais gêneros documentais. Conforme Couture e Rousseau (1998):

(...) durante muito tempo a arquivística tradicional preocupou-se apenas com o tratamento de documentos textuais e em suporte papel. Só nos anos 1960 e 1970 que os arquivistas passaram a interessar-se efetivamente pela inclusão dos documentos não textuais nos fundos de arquivo. (apud PEREZ, 2006, p.1)

Sob a ótica arquivística, os documentos em suportes não convencionais, ou seja, que não em suporte papel, recebem a classificação, quanto a sua maturidade, de arquivos especiais, que segundo Marilena Leite Paes (2004, p.147), são assim denominados porque:

Têm sob sua guarda documentos em diferentes tipos de suporte e que, por esta razão, merecem tratamento especial não apenas no que se refere ao seu armazenamento, como também ao registro, acondicionamento, controle e conservação.

Vale ressaltar a diferença entre arquivos especiais e especializados. Como já visto, os primeiros são aqueles constituídos por documentos em suportes diferentes ao papel. Já os arquivos especializados, são aqueles que “tem sob sua custódia documentos resultantes da experiência humana num campo específico, independente da forma física que apresentam” (PAES, 2004, p.23).

Ainda sobre este assunto, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.30) apresenta apenas o verbete Arquivo Especializado: “arquivo cujo acervo tem uma ou mais características comuns, como natureza, função ou atividade da entidade produtora, tipo, conteúdo, suporte ou data dos documentos, entre outros”. Evidencia-se a falta de concordância com as definições anteriormente defendidas por Paes, visto que a definição do dicionário apresenta elementos dos dois conceitos. Para fins deste estudo, leva-se em consideração a diferenciação e características apresentadas pela autora supracitada.

É possível considerar as fotografias como documento de arquivo, caso se leve em consideração os seis elementos anteriormente explorados, incluindo o último, objeto principal deste estudo: a descrição. E para serem considerados como tal, devem “ser obtidos sistematicamente na instituição no decorrer de suas atividades” (LOPEZ, 2000 apud SILVA et.al., 2006, p.4). Obviamente, em um determinado momento, as fotografias deverão receber um tratamento diferenciado, o que não implica que sejam tratados como documentos isolados de um contexto de criação:

A inserção dos documentos fotográficos e dos demais documentos iconográficos em um arranjo arquivístico não significa desconsiderar suas especificidades, mas sim, entender as particularidades do documento

arquivístico como mais importantes do que as especificidades de cada tipo de documento. (LOPEZ, 2000 apud SILVA .et.al., 2006, p.4)

A resolução nº 20/2004 do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ estabelece que:

Gestão arquivística de documentos, **independente da forma ou suporte adotados**, tem por objetivo garantir a preservação de documentos arquivísticos fidedignos, autênticos e compreensíveis, e o acesso a estes (CONARQ, 2004, grifo nosso).

Desta forma, evidencia-se que a Arquivologia não pode e nem deve se deter apenas aos documentos textuais em suporte papel. Não raro esses documentos estão inseridos no contexto das ações humanas e de instituições e é tarefa do arquivista preservar a integridade dos documentos de modo de que as informações não desapareçam com o tempo, com o avanço das tecnologias ou por um tratamento inadequado que o separe do seu contexto original.

É possível notar que os documentos relativos aos arquivos especiais, incluindo-se as imagens fotográficas, são capazes de se adequar aos elementos definidos por Schellenberg (2006) para identificar um documento de arquivo. Quando produzidas por instituições públicas, privadas ou por pessoas físicas, atestando ou registrando atividades, as fotografias podem ser encaradas como um elemento formador do acervo e seu contexto. E como tal, exigem os mesmos procedimentos de gestão dos documentos convencionais, ainda que sejam necessários, em alguns casos, adaptações nos procedimentos.

2.2.3.2 Biblioteconomia

Nascidas com basicamente o mesmo propósito, ambas, escrita e biblioteca, foram servindo à preservação da memória individual e coletiva. A primeira servindo de elemento de registro e a segunda com a incumbência de preservar e disponibilizar a informação. As bibliotecas foram com o passar do tempo, alcançando espaço e evoluindo com a sociedade e, hoje, com as bibliotecas públicas, privadas e digitais são uma das mais importantes fontes de informação.

Foi na cidade babilônica de Nipur que se obtiveram os primeiros indícios de uma biblioteca, “onde foram encontradas, como se ali houvessem propositalmente colocadas tábulas de argila com escrita cuneiforme” (LEMOS, 2005, p.101). Quando surgiu, ainda não havia a separação entre arquivos e bibliotecas, “os sacerdotes e os monges detinham o monopólio da arte de escrever e eram guardiões dos documentos; conservavam material de arquivo e biblioteca” (RICHTER, 1997, p.59).

As bibliotecas constituem-se de coleções, pois, ao contrário dos arquivos, estão focadas no usuário e não na instituição. Basicamente, identifica-se como finalidade das bibliotecas

(...) promover a efetiva utilização de seus materiais e não ser um mero local de custódia; de que os acervos devem ser formados segundo as necessidades efetivas dos usuários; de que estes devem ter ao seu dispor serviços organizados e eficientes; e que, pelo fato de tender ao crescimento incessante, é preciso que haja mecanismos de seleção e descartes adequados. (LEMOS, 2005, p.102)

Diante disso, se podem identificar semelhanças e diferenças com os conceitos apresentados que identificam documentos de arquivo, cabendo, portanto, o paralelo entre a Biblioteconomia e Arquivologia com relação a estes pontos:

a) quanto à sua origem: o material da biblioteca é acumulado para satisfazer as diversas necessidades culturais do usuário, o que não ocorre nos arquivos, onde a função cultural é ocasional.

O material de uma biblioteca, por outro lado, visa, em primeiro lugar, a fins culturais. E por essa razão consistem, geralmente, em peças avulsas, cujo valor inteiramente independente da relação que mantém entre si. A diferença entre o material de biblioteca e o de arquivo independe de sua forma física. (SCHELLENBERG, 2006, p.43)

Ou seja, o acervo não é acumulado em decorrência de uma atividade, é formado por coleções, sem inter-relações diretas de produção e em inúmeros exemplares: “os livros resultam das atividades técnicas, científicas ou de criação artística com fins culturais ou de ensino. São elaborados múltiplos exemplares e são oriundos de diversas fontes” (RICHTER, 1997, p.61). O que importa nas bibliotecas é a informação;

b) quanto à entrada para a custódia:

(...) as bibliotecas podem obter seu material de qualquer parte do mundo e de várias fontes. Os materiais entram para a custódia das bibliotecas através de doação, compra ou permuta, compra ou permuta, constituindo coleções bibliográficas sem significação orgânica entre eles (RICHTER et. al., 1988, p.62).

Essas coleções, que segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.52) são um “conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente”. Mesmo naquelas que reúnem documentos sobre um determinado assunto, seu acervo é constituído das mais diversas fontes;

c) quanto à finalidade: as bibliotecas se destinam ao apoio na pesquisa, e servindo como referência a estudos:

(...) o material é resultado de atividades culturais, técnicas e científicas com o fim de relatar, informar e instruir, servindo assim, à educação e à cultura. É resultado da vontade de alguém, como obra de criação ou investigação; propagam idéias filosóficas, religiosas, literárias, etc. (RICHTER, 1997, p.60)

Como já explorado no início da subseção, a finalidade principal das bibliotecas é suprir as necessidades culturais dos seus usuários, e é em função delas que o bibliotecário busca formar seu acervo.

d) quanto à avaliação e seleção: Biblioteconomia e Arquivologia desempenham métodos bem diferentes quanto à avaliação. Em bibliotecas, avaliam-se os documentos isolados, sem relação uns com os outros e sem “caráter irrevogável. O julgamento envolve questões de conveniência e não de preservação ou perda total” (CASTRO et. al., 1988, p.22). O bibliotecário

(...) avalia o material a ser adquirido por sua instituição como peças isoladas. Seu julgamento implica conhecimentos de biblioteconomia, da bibliografia do assunto em questão e, no caso das bibliotecas científicas, das necessidades imediatas e do desenvolvimento da pesquisa. (SCHELLENBERG, 2006, p.48)

Vale ressaltar ainda, que algumas bibliotecas custodiam obras raras que depreendem a necessidade de conservação da informação e do suporte. A avaliação leva em consideração as necessidades do usuário, como lhe for mais conveniente e pode ser repensada conforme as mudanças nas mesmas;

e) quanto à classificação e arranjo: O objetivo principal dessa atividade é a organização para que a disponibilização do acervo seja facilitada. Pelas características de seu acervo, a Biblioteconomia atingiu um alto nível de padronização de seus métodos de classificação. Classificação Decimal de Dewey (CDD), Classificação Decimal Universal (CDU) e Classificação da Biblioteca do Congresso (LCC) são os métodos de classificação mais utilizados atualmente pelos bibliotecários. Esses métodos organizaram e sistematizaram as mais diversas áreas do conhecimento humano a modo de possibilitar a padronização da atividade. Sobre classificação e arranjo, Richter et. al. (1997, p.62) fala: “o sistema utilizado nas bibliotecas é padronizado internacionalmente (CDD e CDU). A classificação e o arranjo partem de um consenso mais generalizado, de agrupamento do conhecimento e se realizam portanto a priori”;

f) quanto à descrição: chamada de catalogação descritiva pela Biblioteconomia. Os materiais bibliográficos são “descritos individualmente, através de instrumentos denominados catálogos” (RICHTER et. al., 1997, p.63). Há ainda alguns casos, como “publicações seriadas, jornais, anuários e relatórios de sociedades que apresentam problemas especiais, mas que são, de fato, tratados como simples unidades para fins de catalogação” (SCHELLENBERG, 2006, p.49). Ou seja, é realizada apenas uma descrição, porém, algumas bibliotecas optam por realizar a descrição de artigos ou capítulos de uma mesma publicação, ainda assim, são considerados como peças individuais.

Basicamente, o documento de biblioteca “instrui, ensina” (CORTÉS ALONSO, 1981 apud ARRUDA, 2000, p.14) e devem ser tratados

(...) individualmente e os elementos de seu acervo não precisam ser necessariamente ligados a todos os outros, são independentes, assim como não existe uma “idade” para que os documentos fiquem à disposição do público, num acervo de biblioteca são utilizados constantemente de acordo com a necessidade de seus usuários. (ALBUQUERQUE e MURGUIA, 2007, p.4)

Tradicionalmente, costumou-se pensar em livros como documentos de bibliotecas, porém essa visão está mudando, conforme Smit (2000 apud ALBUQUERQUE et. al., 2007, p.4):

A diversidade entre as 3 Marias existe, mas não deve ser fundamentada nos tipos de documentos, e sim na função atribuída à informação pelos

diferentes tipos de instituições. Na ótica arquivística a informação fala sobre as instituições, suas atribuições e suas relações com os demais segmentos da sociedade ou pessoas, sendo que na ótica biblioteconômica a informação é um objeto em si.

Neste contexto, identifica-se, também, que as fotografias podem ser consideradas como documento bibliográfico, pelo seu importante papel dentro de outras ciências, servindo de base para estudos e análises. As fotografias podem sim, servir de base para a ciência, sendo observada a riqueza de informações que nelas se pode identificar.

Muitas bibliotecas apresentam, hoje em dia, espaços destinados a fotografias, e outras ainda, exclusivamente à elas, tal sua importância e fascínio que gera perante a sociedade.

2.2.3.3 Museologia

A Museologia é, juntamente com a Arquivologia e a Biblioteconomia, a terceira disciplina que compõe o que alguns autores chamam de as Três Marias da Ciência da Informação. É a ciência que “trata da teoria e dos princípios de conservação e apresentação das obras de arte nos museus” (CALDEIRA, 2005, p.142). O que as outras disciplinas chamam de documentos, esta chama de objeto. Cabe então, definir o que é museu, objeto museológico e sua diferenciação com documentação museológica.

O surgimento dos primeiros museus remonta ao final da República e do Império da Grécia Antiga. Além de estátuas, vasos e pinturas que estavam nas fachadas dos templos, eram também expostos à admiração pública objetos recolhidos de outros povos nas investidas militares. Esta prática vem crescendo e se aperfeiçoando ao longo dos anos. Hoje, têm-se inúmeros museus espalhados pelo mundo, com os mais diversos objetos, especialidades e público.

Segundo Richter et. al. (1997, p.67), o objetivo dos museus na atualidade é “classificar, descrever, preservar e divulgar o acervo de objetos que documentam a história, a arte, a ciência e a tecnologia”. Esta é a característica técnica dos museus.

Vale ainda destacar as palavras de Caldeira (2005, p.142) que amplia este conceito, inserindo ainda mais os museus como uma preocupação da Ciência da Informação, identificando o elemento humano e a multidisciplinaridade:

Os museus expressam as necessidades educacionais e culturais da sociedade contemporânea, constituindo-se em instrumentos para atendê-la em suas pretensões, por intermédio da frequência de seus cidadãos, estudiosos e viajantes estrangeiros que a eles acorrem para satisfazer seus anseios intelectuais. Evidenciam, por meio de suas coleções, tudo o que concerne à história natural, à arqueologia, à etnologia, à antropologia, à arte, apresentando os indícios de sociedades primitivas, os patrimônios permanentes naturais, as novas invenções e descobertas, desvelando-os para os visitantes como um legado para a preservação da história, da biologia, da moral, da religião, da cultura e da estética.

É evidente que os museus desempenham, juntamente com as outras duas disciplinas da Ciência da Informação aqui destacadas, importante papel frente ao desafio de conservar, preservar e difundir a informação. Isso, visto que “os museus são produtores ativos de informação: a partir dos itens que integram suas coleções (individualmente ou em conjunto), eles produzem e processam informações, de modo a gerar novas informações” (LOUREIRO et. al., 2007, p.5).

O eixo principal da Museologia é a informação, o que a justifica como disciplina integrante da Ciência da Informação e colaboradora para que os museus, efetivamente, assumam esse papel:

A Museologia, em sua dinâmica interdisciplinar, tem colaborado para que os museus desvelem de forma qualificada as suas formas de representação e argumentação e se estabeleçam como lugar de apreciação, contestação e negociação cultural, mas também, como espaços de acolhimento e aprendizagem, tendo na ressignificação dos bem patrimoniais a sua principal característica. (BRUNO, 2006, p.14)

O objeto de museu é considerado um recorte, um fragmento da realidade onde, isolado de seu contexto original, adquire valor cultural que o transforma em importante elemento para a sociedade. Esse processo de transformação é chamado de musealização do objeto. Conforme Mensch (1992 apud LOUREIRO e LOUREIRO, 2007, p.6), os objetos de museu são:

(...) separados de seu contexto original (primário) e transferidos para uma nova realidade (o museu) a fim de documentar a realidade da qual foram separados. Um objeto de museu não é só um objeto em um museu. Ele é um objeto coletado (selecionado), classificado, conservado e documentado.

Como tal, ele se torna fonte para a pesquisa ou elemento de uma exposição.

Atualmente, existem inúmeros tipos de museus, classificados conforme as peças que compõe seu acervo. Entre alguns tipos, destacam-se os museus de arte, históricos, de ciência e especializados que são aqueles dedicados a uma área específica do conhecimento ou um tipo de objeto, entre outros.

A aquisição do material de museus, assim como os de biblioteca deve ser feita visando atender ao interesse da instituição e de seu público. Essa aquisição pode ser feita através de compra, doação ou empréstimo:

(...) poderá ser *direta*, quando feita junto ao próprio artista, ou por meio de expedições científicas e arqueológicas, nas quais os objetos ou espécimes recolhidos serão cientificamente documentados e disponibilizados para pesquisa, condução de projetos educacionais e exposições ao público. A aquisição indireta é resultante de compra efetuada com o auxílio de um ou mais intermediários: colecionadores e comerciantes de antiguidades. (...) a aquisição de obras de arte pode resultar do recebimento de doação de acervos de particulares, troca de itens com outros museus e por meio de comodato de peças pertencentes a colecionadores ou instituições científicas, o que contribuirá para o enriquecimento das coleções, mesmo que seja por tempo determinado. (CALDEIRA, 2005, p.151)

E ao contrário dos arquivos, onde o recolhimento é feito diretamente na instituição produtora, e das bibliotecas onde o que importa é a informação, nos museus, o cuidado contra falsificações deve ser redobrado. Cada aquisição deve passar por um especialista que certifique, a veracidade do objeto a ser adquirido.

Esse material adquirido ou sob custódia chega à comunidade através de mostras e exposições permanentes e/ou itinerantes. Caldeira (2005, p.150) afirma que elas devem ser feitas de maneira coerente com os programas e as linhas de atuação de cada museu e que “a proposta a ser executada seja transmitida ao público de forma clara e objetiva”. Para que isso seja alcançado, é necessário que inúmeros cuidados sejam tomados com a organização e montagem, estrutura de modo a formar “um conjunto agradável para sua admiração pelos visitantes” (idem). O mesmo autor ainda complementa:

O objeto a ser exposto deverá ser apresentado de acordo com critérios científicos, estéticos e psicológicos, incorporando documentos elucidativos e coerentes ao tema da exposição. O conjunto de peças da mostra deverá ser identificado dentro de um amplo encadeamento da herança cultural da

humanidade. A contemplação e a assimilação das obras de arte serão feitas por meio da interação do público com a peça. (CALDEIRA, 2005, p.151-152)

Quanto ao arranjo de seus materiais, os museus podem adotar diversos critérios, como por tipologia dos objetos, ou como a maioria, pela procedência.

Esse critério de organização permite recuperar a história de formação de um acervo, elucidando contextos, formas e políticas de aquisição que balizaram as incorporações dos objetos, além de favorecer as análises de possíveis processos que institucionalizaram memórias e identidades sociais dentro desses espaços culturais. (CÂNDIDO, 2006, p.44)

A tarefa dos museus não é a de simplesmente coletar e expor os objetos, é preciso que isso seja feito de maneira eficaz e comprometida, tendo a preocupação de recuperar, além do objeto, o maior número de informações possíveis sobre este. Os objetos museológicos têm inúmeras informações intrínsecas e extrínsecas que são de suma importância para a total compreensão do mesmo, principalmente as extrínsecas que dizem muito sobre o objeto e não podem ser definidas pela simples observação. Essas informações são o que alguns autores chamam de Documentação Museológica:

(...) é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar (...) as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento. (FERREZ, 1994, p.1).

Isso é o que a Arquivologia chama de descrição e a Biblioteconomia de catalogação descritiva. Pode-se notar uma semelhança com a Arquivologia, que também tem a preocupação de identificar o contexto onde o documento está inserido através da aplicação do Princípio da Proveniência. Nesse sentido, a Museologia é a disciplina que

(...) pode colaborar com a sociedade contemporânea na identificação de suas referências culturais, na visualização de procedimentos preservacionistas que as transformem em herança patrimonial e na implementação de processos comunicacionais que contribuam com a educação formal. (BRUNO, 2006, p.7)

Tanto enquadrada como objeto ou servindo como apoio à documentação museológica, as fotografias estão inseridas dentro do contexto da Museologia e

contribuindo para essa prática. Retomando o conceito de objeto museológico, vê-se que este se caracteriza como um fragmento da realidade, portanto, tanto vista como uma grande descoberta que evoluiu ao longo dos anos registrando o cotidiano ou como arte, a fotografia pode se encaixar nesta definição dentro desta disciplina. Isso, principalmente pela característica em comum de ambas, Museologia e Fotografia:

O ponto principal de semelhanças entre estas duas disciplinas que mais nos chamava a atenção era que: tanto a Museologia quanto a Fotografia se preocupam em captar momentos específicos no tempo, registrando-os conforme “as ferramentas” que dispõe: seja por meio de um negativo, no caso da fotografia, seja através de outros tipos de elementos representativos da nossa sociedade, a exemplo dos objectos tridimensionais, como é o caso da grande maioria dos museus. (SILVA, 1999, p.85-86)

Certamente, não é qualquer fotografia que pode servir como objeto de museu, porém se observadas as questões expostas sobre musealização do objeto, elas podem e devem ser encaradas como tal.

2.3 Descrição Arquivística

A descrição arquivística surge e se desenvolve juntamente com a necessidade de recuperação da informação e da aproximação do acervo com o usuário do arquivo. Para que o arquivista realize essa atividade com excelência e ainda mais, para que esta tenha um sentido e se torne realmente eficiente é necessário que a documentação esteja organizado, tornando os instrumentos de busca originados dessa disciplina eficaz. Esta não é uma tarefa fácil, requer que o profissional esteja habilitado para anular ou reduzir ao máximo a subjetividade característica de qualquer atividade humana. Para que se compreenda a descrição arquivística, se faz necessária a compreensão do contexto de sua criação, bem como os elementos e teorias que complementam e viabilizam esta prática.

O arquivista deve tornar os documentos e as informações acessíveis ao usuário. Para tanto, deve aplicar normas e teorias que o auxiliam a alcançar esse objetivo. Organização e difusão do conteúdo do acervo devem ser as principais

metas a serem atingidas pelo profissional e por isso, surgiram teorias que viabilizam a prática. No caso dos arquivos permanentes, ou seja, aqueles que custodiam documentos de valor secundário, as atividades de arranjo e descrição viabilizam esse acesso.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.37), o arranjo é a “seqüência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido”. Nesse sentido, Bellotto (2007, p.136) complementa:

A operação de arranjo resume-se à ordenação dos conjuntos documentais remanescentes das eliminações (ditadas pelas tabelas de temporalidade e executadas nos arquivos correntes e intermediários), obedecendo a critérios que respeitem o caráter orgânico dos conjuntos interna e externamente.

Para a execução desta atividade é recomendado que o arquivista siga dois princípios fundamentais que regem a Arquivística: o Princípio da Proveniência e o do Respeito à Ordem Original. O primeiro, também chamado de Princípio do Respeito aos Fundos, termo usado para substituir arquivo, diz que “o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.136). O segundo refere-se à organização do órgão que produziu os documentos, e nesse sentido o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos elaborado pela Associação dos Arquivistas Holandeses complementa muito bem:

A organização original de um arquivo deve corresponder naturalmente, nas suas linhas principais, à antiga estrutura da entidade administrativa que o produziu. (...) A antiga organização não se formou arbitrariamente, não resultou do acaso, mas é a conseqüência lógica do modo por que se constituiu a unidade administrativa, de cujas funções o arquivo é o resultado. (MULLER et. al., 1973, p.47)

Esses dois princípios garantem que o contexto de criação, o qual diz muito sobre seu papel dentro do arquivo e que atesta sua organicidade, não seja perdido. Somente depois do arranjo de documentos é que o profissional pode partir para a descrição dos documentos, pois é importante que se conheça o acervo como um todo orgânico:

Assim, antes de qualquer ação para sistematizar as políticas descritivas, devemos conhecer o patrimônio documental ao qual está sob nossa custódia; prioridades quanto a definição de quais conjuntos documentais serão descritos; conhecer os recursos humanos e financeiros da instituição; conhecer a demanda de pesquisa do usuário da informação como também do estado de conservação da documentação. (SILVA, 2009, p.8)

Não basta apenas que os documentos sejam descritos sem uma organização lógica, pois muita informação seria perdida e impossibilitaria a completa utilidade dos instrumentos de pesquisa resultantes desta atividade, impedindo que estes instrumentos atingissem plenamente seu objetivo. A descrição arquivística serve como um complemento para o arranjo é através dela e seu produto, os instrumentos de pesquisa, que o acervo e as informações nele contido chegam ao usuário: “O arranjo em fundos torna o arquivo permanente organizado e lógico, mas a descrição é a única maneira de possibilitar que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores” (BELLOTTO, 2007, p.179). Essa atividade é frequentemente identificada em arquivos permanentes, onde a documentação sob custódia não será eliminada e onde um trabalho desta complexidade se justifica, porém, alguns autores já defendem sua prática em arquivos correntes. Lopes (1996), defendendo a Arquivística Integrada onde a Teoria das Três Idades é rediscutida defende:

Acredita-se que, dentro da perspectiva da arquivística integrada, a descrição começa no processo de classificação, continua na avaliação e se aprofunda nos instrumentos de busca mais específicos. Em todos os casos, o trabalho do arquivista é representar ideologicamente as informações contidas nos documentos. As operações de natureza intelectual são, sem exceção, de natureza descritiva. Portanto, é difícil separar a descrição das duas outras atividades fundamentais da prática arquivística. (apud HAGEN, 1998, p.296)

É importante que a descrição seja pensada desde o início da gestão documental, pois quanto mais próximo ao momento de sua produção, maiores são as possibilidades de recuperação dos elementos circundantes ao documento. Ainda que a prática em arquivos correntes seja aqui defendida, carece salientar as diferenças básicas entre a descrição em arquivos permanentes e correntes:

No arquivo permanente, a descrição tem como objetivo permitir a pesquisa, ou seja, está voltada para um público mais amplo e diversificado, e deve trazer mais elementos informativos sobre os documentos. No arquivo corrente não são necessárias todas estas informações, pois o usuário já tem conhecimento da estrutura da organização produtora dos documentos, de

suas funções, enfim, de muitos dos dados que a descrição feita no arquivo permanente deve trazer. (HAGEN, 1998, p.296)

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.67), descrição é o “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa”. Ou seja, é a análise elaborada pelo arquivista sobre os fundos documentais presentes no acervo a fim de resumir a informação neles contida para oferecer aos interessados. Sobre os instrumentos de pesquisa, Paes (2004, p.127) complementa que “além de tornar o acervo acessível, os instrumentos de pesquisa objetivam divulgar o conteúdo e as características dos documentos”.

É preciso que o arquivista seja sensato na hora de escolher quais conjuntos documentais deve descrever primeiro. Levando-se em consideração que esta é uma tarefa que exige um tempo mais avançado, sugere-se que primeiramente seja feita uma descrição do arquivo genericamente, para que somente daí se parta para níveis mais detalhados. A regra básica é que se descreva do geral para o particular, do nível mais alto ao mais específico:

Se o fundo como um todo estiver sendo descrito, ele deverá ser representado numa só descrição (...). Se é necessária a descrição das suas partes, estas podem ser descritas em separado (...). A soma total de todas as descrições assim obtidas, ligadas numa hierarquia (...) representa o fundo e as partes para as quais foram elaboradas as descrições. (...) tal técnica de descrição é denominada **descrição multinível**. (CIA, 2000, p.17)

T. R. Schellenberg (2006, p.313) dá uma visão simplificada da descrição arquivística:

Ao realizar esse trabalho, o arquivista se interessa da procedência, do conteúdo, do arranjo e do valor dos papéis. Esses dados são por ele registrados em instrumentos de busca que servem a um duplo sentido: a) tornar os papéis conhecidos às pessoas que possam vir a se interessar pelos mesmos; e b) facilitar ao arquivista a pesquisa. Os instrumentos de busca são, dessa maneira, um meio de eliminar o elemento pessoal no trabalho de atender, e de dar a essa função bases seguras e metódicas.

A descrição deve ser o mais fiel e imparcial possível, se limitando a representar o que está realmente expresso no documento: as interpretações devem ficar a cargo do usuário/pesquisador que estiver realizando a pesquisa. No caso de

fotografias, esse processo fica ainda mais difícil, pois quando não há elementos textuais, o limite entre o real e o subjetivo diminui ainda mais.

Isso contribuiu para que surgissem algumas normas que possibilitariam a padronização deste processo. Em 1989, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) cria a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD (G)) que instituiu a descrição por níveis, com campos obrigatórios e outros complementares. A referida Norma surgiu como uma tentativa de padronização nas atividades descritivas, e assim tornar possível a troca de informações entre acervos, uma vez que os campos descritivos seriam os mesmos ou correspondentes, facilitado pelas novas tecnologias.

No Brasil, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), criou a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), que é baseada na ISAD (G) e na Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR (CPF)), harmonizada com a realidade brasileira.

2.4 Instrumentos de Pesquisa

A atividade de descrição realizada pelo arquivista dá origem aos instrumentos de pesquisa que auxiliam na pesquisa, possibilitando que a informação chegue ao usuário e também, auxiliando no trabalho do profissional, determinando onde estão armazenados os documentos. Estes instrumentos de busca servem como referência dentro da instituição e podem ser divididas de acordo com o nível da descrição.

Heloísa Bellotto em seu livro *Arquivos Permanentes: tratamento documental* (2007, p.180), ao fazer uma análise sobre o tema, declara:

Os instrumentos de pesquisa são, em essência, obras de referência que identificam, resumem e localizam, em diferentes graus e amplitudes, os fundos, as séries documentais e/ou as unidades documentais existentes em um arquivo permanente.

Existem ainda os instrumentos de uso interno, o que Lopez (2002, p.10) denomina de instrumentos de controle. Ele afirma que estes auxiliam “no processo de organização e manutenção de um acervo”, além disso, são documentos únicos, em constante atualização e de acesso exclusivo ao profissional:

(...) orientam e subsidiam o trabalho do arquivista quanto ao arranjo e à descrição dos documentos, como as listagens que acompanham os recolhimentos; (...) os quadros gerais de fundos, grupos e séries; as tabelas de temporalidade (...); os fichários de controle de vocabulário da indexação etc. (BELLOTTO, 2007, p.180)

Para fins deste trabalho, serão considerados os instrumentos originários da descrição que se destina ao usuário e pesquisador. Como já dito anteriormente, a descrição arquivística pode ser feita em vários níveis, desde o acervo como um todo até o nível de item documental. Para cada nível, existe um tipo de instrumento de pesquisa específico.

Por exemplo, quando se descreve o arquivo como um todo, que é o nível mais amplo, o instrumento gerado é o *guia*; quando se descreve conjuntos documentais ou partes do fundo, o instrumento gerado é o *inventário*; quando a descrição é do item documental o instrumento é o *catálogo*. Sendo assim, temos que “diferentes tipos de instrumentos de pesquisa se definem em função da menor ou maior profundidade desejada na descrição dos níveis da classificação arquivística” (LOPEZ, 2002, p.23).

Vale considerar que, ao longo dos anos, diversas mudanças ocorreram no que diz respeito à nomenclatura dos instrumentos de pesquisa. Lopez (2002, p.35) identificou a nomenclatura atual, evidenciada por publicações a partir de 1995 que se referem apenas a guias, inventários, catálogos, catálogos seletivos e índice. A publicação do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística³, no início dos anos 1990 (reformulado em 1996 sob o título de Dicionário de Terminologia Arquivística), auxiliou nessa mudança que percorreu os anos de forma lenta e gradual, onde inventário sumário, inventário analítico, catálogo sumário, repertório e outros nomes deixaram de ser utilizados.

³ ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS (Núcleo Regional de São Paulo). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa. São Paulo: CENADEM, 1990.

A escolha sobre qual instrumento de pesquisa realizar deve levar em consideração uma série de fatores. É importante que a instituição tenha uma política de descrição que se preocupe em descrever o acervo uniformemente como um todo para, posteriormente, identificar séries que necessitem de uma descrição mais detalhada. Essa política deve estabelecer as prioridades:

É importante lembrar que a importância (histórica, artística, estética etc.) atribuída a determinados documentos é sempre embasada em critérios alheios às atividades do arquivo. Nesse sentido, a descrição sistemática de unidades documentais (por meio de catálogos) só deve se impor quando a totalidade do acervo já estiver devidamente descrita em inventários. Não obstante, muitas vezes o perfil dos acervos e do tipo de consulta dos quais são objeto demandam uma referência mais individualizada. Para esses casos, uma boa política de descrição. (LOPEZ, 2002, p.36-37)

Como toda tarefa arquivística, é preciso que a construção de um instrumento de pesquisa seja sistemática e planejada. Lopez (ibid, p.43) elenca as principais etapas desta atividade: planejamento e definição de prioridades; estabelecimento do conteúdo do instrumento; preparação para o recolhimento das informações; recolhimento das informações; confecção do instrumento de pesquisa e divulgação do instrumento de pesquisa.

Independente dos gêneros de documentos que abriga o acervo, é preciso que a descrição e a construção de instrumentos de pesquisa sejam pensados desde a classificação documental, evitando refluxo de trabalho. Datas-limite e outras informações já podem ser coletadas neste momento inicial. Através desses instrumentos que o usuário terá conhecimento sobre o conteúdo do arquivo, efetivando sua primordial tarefa de disponibilizar ao seu público uma documentação organizada.

2.5 Normas de descrição: A NOBRADE

A necessidade da troca de informações, cada vez mais difundida com a informática, foi decisiva para que os profissionais da Arquivologia começassem a se preocupar com a padronização de suas atividades, internacional e nacionalmente. Um marco a ser considerado no início do pensamento arquivístico sobre uma

uniformização para a atividade de descrição remete ao final do século XIX, com o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, escrito pelos holandeses Muller, Freith e Fruin (1898), que estabelece uma série de regras para as atividades do arquivista. Este é conhecido como “Manual dos Holandeses” e serviu de base e suporte para grande parte das teorias e normas surgidas posteriormente (SILVA, 2009, p.11-12).

A primeira publicação com característica padronizadora da área descritiva na Arquivologia foi a *Archives, Personal Papers and Manuscripts* (APPM), de 1982, criada a partir da norma AACR2 de catalogação biblioteconômica com adaptações à realidade arquivística. A norma elaborada por Steven Hensen que encontrou respaldo na Sociedade dos Arquivistas Americanos (SAA) e na Biblioteca do Congresso, alcançou natureza normativa nos Estados Unidos.

Na Grã-Bretanha, em 1986, poucos anos depois da APPM, Michel Cook, professor da Universidade de Liverpool, publica um manual de descrição nos mesmos moldes, o *Manual of Archival Description* (MAD):

Seguindo um processo semelhante ao do trabalho de Hensen, o MAD surgiu da iniciativa pessoal de seu autor, tendo se convertido, posteriormente, em fonte normativa. Entretanto, a obra de Cook teve uma difusão menor que a de Hensen, mesmo que sua influência teórica tenha sido mais ampla. (LEÃO, 2009, p.61)

Ao mesmo tempo em que Cook realizou o projeto de pesquisa que deu origem ao MAD, começam a surgir no Canadá normas em níveis nacionais. Em 1984, a *Association of Canadian Archivists* inicia as discussões sobre a elaboração de instrumentos de pesquisa, identificando, assim, a necessidade da normatização na descrição dos seus acervos. Assim, os arquivistas deste país também desenvolvem uma norma em nível nacional, as *Règles pour La Description des Documents d'Archives* (RAD), que também sofria influência direta das normas biblioteconômicas, mas ainda assim representou uma evolução na técnica:

Sem dúvida, a singularidade das RAD residia no fato delas terem sido a primeira obra que, embora tivesse nascido com todas as características formais de qualquer “norma”, era o resultado de um consenso profissional, criada por um organismo nacional, com um forte caráter técnico, e de livre aplicação. (ibid)

As normas surgidas nesses países suscitaram, juntamente com a globalização da informação, a necessidade da criação de normas internacionais de

descrição. Foi então que o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), após várias reuniões e discussões do Comitê *ad hoc* sobre Normas de Descrição Arquivística, cria a Norma Internacional Geral de Descrição Arquivística (ISAD (G)), publicada em 1994, com compromisso de, posteriormente, passar por revisão:

Resultado de um processo de revisão anunciado no prefácio da edição de 1994, que previa um ciclo revisional de cinco anos.

(...)

A revisão foi terminada na terceira reunião plenária do Comitê, em Estocolmo, Suécia, e oferecida para a publicação no início do ano 2000, tendo em vista o XIV Congresso Internacional de Arquivos, em Sevilla, Espanha, em setembro do mesmo ano. (CIA, 2000, p.8)

Antes da revisão, o Comitê, que já configurava como permanente desde 1996, recebera inúmeros comentários sobre a norma de cerca de 25 países, que serviu de base para que a mesma fosse melhorada.

É válido lembrar que a referida Norma tem como referência inúmeras normas e princípios oriundos da Biblioteconomia. Porém, ela incorpora importantes elementos que adaptam à realidade arquivística, “é impossível reconhecer que o mérito da ISAD (G) reside no fato dela estabelecer a obrigatoriedade desta prática, e de reafirmar a proveniência como um princípio fundamental da Arquivística” (LEÃO, 2009, p64). Outra vantagem da norma é identificada por Silva (2009, p.14):

Esta norma foi um grande avanço para a comunidade arquivística, definindo em um único documento normativo, os elementos essenciais para qualquer descrição em arquivos, servindo de subsídio teórico para que alguns países elaborassem suas próprias normas de descrição arquivística.

E mais que uma fonte de inspiração, a Norma contém em seu texto de abertura recomendações para a criação e adaptação de normas nacionais que melhor se enquadra nas realidades dos países. Segundo texto presente na introdução da ISAD(G), a “norma estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas. Deve ser usada em conjunção com as normas nacionais existentes ou como base para a sua criação” (CIA, 2000, p.11).

Paralelamente com a ISAD (G), surge a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR (CPF)), também por iniciativa da CIA, passando pelo mesmo processo de publicação, adaptação e revisão, sendo que sua segunda publicação acontece em

2004. Esta norma tem por objetivo a normatização da “descrição de entidades (entidades coletivas, pessoas e famílias) relacionadas à produção e manutenção de Arquivos” (CIA, 2004, p.11). Surge como um complemento da outra norma.

O Brasil também procurou adaptar as duas normas internacionais à sua realidade e necessidade. Foi então que em 2006, surge a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), fruto do trabalho da Câmara Técnica de Normas de Descrição, órgão subordinado ao CONARQ:

Essa norma estabelece diretrizes para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD (G) e ISAAR (CPF), tendo em vista a facilitar o acesso e o intercâmbio de informações em nível nacional e internacional. (SILVA, 2009, p.14)

Como já dito anteriormente, a NOBRADE somou aos campos já existentes na ISAD (G), outros que possibilitaram com que ela se adaptasse ao caso brasileiro. Outra vantagem da NOBRADE sobre a ISAD (G), é que como trata-se de uma adaptação, foi possível uma considerável melhora em alguns pontos onde a segunda era deficiente. Além disso, a Norma Brasileira tem uma apresentação mais detalhada e de melhor entendimento para o arquivista, com diversos exemplos, comentários e notas.

Vitor Manoel Marques da Fonseca (2005(b), p.5), técnico do Arquivo Nacional e presidente da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística/CONARQ, em seu artigo *A Norma Brasileira de Descrição Arquivística: NOBRADE* resume:

Seus pressupostos básicos são os mesmos da ISAD (G): descrição multinível, normas flexíveis tanto para uso em sistemas automatizados quanto manuais e liberdade para formatos de descrição em instrumentos de pesquisa.

(...)

A NOBRADE tem 28 elementos de descrição dispostos em oito áreas, ou seja dois elementos e uma área a mais do que a ISAD (G). A nova área é dedicada a pontos de acesso e indexação de assuntos, e os dois novos elementos são um para anotação do estado de conservação da unidade de descrição, questão extremamente importante para as entidades custodiadoras, que necessitam desse tipo de informação para gestão técnica e programação de trabalho, e outro para indicação dos pontos de acesso eleitos e termos de indexação arbitrados. (FONSECA, 2005(b), p.5)

A NOBRADE se difere, também, por ter permitido o acréscimo de subelementos e do nível zero, o nível de descrição mais amplo, que corresponde a instituição custodiadora.

Dos vinte e oito elementos de descrição disponíveis, sete são obrigatórios: código de referência, título, data(s), nível de descrição, dimensão e suporte, nome(s) do(s) produtor(es) e condições de acesso (somente para descrições em níveis zero e um). Esses vinte e oito elementos estão subdivididos em oito áreas de descrição, que serão identificadas conforme exposições presentes na Norma⁴ (CONARQ, 2006):

1. Área de Identificação – Registra informações que identificam a unidade de descrição. Os elementos compreendidos são:

1.1. Código de Referência – Elemento obrigatório que constitui um dos principais pontos de acesso para a recuperação da informação pelo usuário. A Norma identifica três partes principais que devem constituir o código de referência: código do país e código da entidade custodiadora, ambos respeitando normas internacionais, e a terceira parte que se refere à unidade de descrição:

cabendo à entidade custodiadora decidir se utilizará no código de referência um código indicativo do fundo ou coleção ao qual a unidade descrita pertence a um código correspondente a cada um dos níveis de descrição que se possa promover, ou alguma outra convenção (ibid, p.20);

1.2. Título – Elemento obrigatório que se destina a identificar nominalmente a unidade de descrição. Isso deve ser feito com o seu título original: nome da entidade, fundo, estrutura administrativa, entre outros, dependendo do nível que a descrição está sendo realizada;

1.3. Data(s) – A data a qual a Norma se refere como obrigatória é a da produção documental. Além disso, outros dados podem ser referenciados como data de acumulação, datas-assuntos ou data tópica⁵;

1.4. Nível de Descrição – Este elemento obrigatório representa o nível em que está sendo feita a descrição:

⁴ Os títulos e escalonamento dos elementos apresentados entre as páginas 42 e 46, são reproduções da NOBRADE, tendo aqui papel ilustrativo para as considerações que os acompanham.

⁵ Segundo o Dicionário Brasileiro de Descrição Arquivística (2005, p.64), data tópica é o “elemento de identificação do lugar de produção de um documento”.

São considerados seis principais níveis de descrição, a saber: nível 0 = acervo da entidade custodiadora; nível 1 = fundo ou coleção; nível 2 = seção; nível 3 = série; nível 4 = dossiê ou processo; nível 5 = item documental. São admitidos níveis intermediários, representados da seguinte maneira: acervo da subunidade custodiadora = nível 0,5; subseção = 2,5; subsérie = 3,5 (ibid, p.26);

1.5. Dimensão e Suporte – Este item se destina a identificar “as dimensões físicas ou lógicas e o suporte da unidade de descrição” (ibid, p.27), ou seja, o tamanho e o gênero da unidade descritiva. Elemento também obrigatório e importante para as atividades de pesquisa e gestão.

2. Área de Contextualização – Importante para que se assegure a identificação da proveniência e organicidade da documentação a ser descrita. Os elementos compreendidos são:

2.1. Nome(s) do(s) Produtor(es) – Elemento de descrição obrigatório que identifica o nome do(s) produtor(es) e importante para que seja assegurado o Princípio da Proveniência. A Norma identifica a importância desse elemento para a relação com outras unidades. Recomenda, ainda, a descrição à parte do produtor conforme a ISAAR (CPF);

2.2. História Administrativa / Biografia – Associado ao elemento anterior, tem como objetivo apresentar a trajetória do produtor, da sua criação / nascimento até sua extinção / falecimento;

2.3. História Arquivística e Procedência – Registra a contextualização arquivística do acervo, sua produção, transferências, recolhimentos e quaisquer outras informações referentes ao curso da unidade de descrição até sua custódia pela entidade;

2.4. Procedência – Este elemento busca identificar a origem imediata da unidade de descrição, ou seja, informações sobre seu custodiador anterior, independente de sua natureza.

3. Área de Conteúdo e Estrutura – Auxiliando na identificação da organicidade, esta área se destina à identificação do assunto dos documentos, bem como a organização da unidade de descrição. Os elementos compreendidos são:

3.1. Âmbito e Conteúdo – Servindo como complemento ao Título (item 1.2), este item tem como objetivo descrever informações referentes ao contexto

histórico e geográfico, além do conteúdo da unidade de descrição, de maneira concisa e objetiva;

3.2. Avaliação, Eliminação e Temporalidade – Elemento de descrição onde devem ser descritos qualquer método de avaliação e temporalidade a qual os documentos foram ou devem ser submetidos;

3.3. Incorporações – Indica previsões de incorporações complementares à unidade descritiva em questão, “informando uma estimativa de suas quantidades e freqüência” (ibid, p.42);

3.4. Sistema de arranjo – Este elemento deve fornecer informações sobre a organização interna da unidade de descrição.

4. Área de Condições de Acesso e Uso – Destina-se à identificação dos elementos importantes ao acesso e uso dos documentos. Os elementos compreendidos são:

4.1. Condições de Acesso – Identifica os requisitos para o acesso ao acervo bem como a existência de algum tipo de restrição tanto de natureza jurídica, por leis ou regulamentos, quanto de natureza técnica, por exemplo, quando necessitam de autorização especial, exigência de ligação institucional ou mesmo por necessidades técnicas de alguns gêneros documentais;

4.2. Condições de Reprodução – Indica as condições e restrições quanto à reproduzibilidade da unidade de descrição: métodos e procedimentos;

4.3. Idioma – Registro dos idiomas e/ou sistemas simbólicos utilizados na unidade de descrição, bem como o nível de descrição a que estes se aplicam;

4.4. Características Físicas e Requisitos Técnicos – Este elemento objetiva registrar as características físicas dos documentos, bem como quaisquer limitações e estado de conservação dos mesmos. Bem como registros sobre a necessidade de utilização de “equipamentos ou *softwares* especiais, bem como eventuais dificuldades para o uso da unidade de descrição” (ibid, p.47);

4.5. Instrumentos de Pesquisa – Indica a existência de outros instrumentos de pesquisa em vigor referentes à unidade de descrição.

5. Área de Fontes Relacionadas – Identifica outras unidades com documentação que se relacionam com a unidade a ser descrita. Os elementos compreendidos são:

5.1. Existência e Localização dos Originais – Onde as unidades de descrição são constituídas por cópias, identifica-se neste item a existência e localização dos originais, independente se pertencer ou não à mesma entidade custodiadora;

5.2. Existência e Localização de Cópias – Identificar neste item a existência de cópias da unidade de descrição, independente se pertencer ou não à mesma entidade custodiadora;

5.3. Unidades de Descrição Relacionadas – Identifica outras unidades de descrição que tenham relação de “proveniência ou outra(s) forma(s) de associação na mesma entidade custodiadora ou em qualquer outra” (ibidem, p.51);

5.4. Nota Sobre Publicação – Este elemento de descrição se destina a identificar “publicações sobre a unidade de descrição ou elaboradas com base no seu uso, estudo e análise, bem como as que a referenciem, transcrevam ou reproduzam” (ibid, p.52).

6. Área de Notas – Área destinada à identificação de informações sobre a conservação da documentação, bem como outras informações gerais que o arquivista julgar necessárias. Os elementos compreendidos são:

6.1. Notas Sobre Conservação – Destina-se a fornecer informações sobre a conservação, medidas de preservação e restauro que se referirem à unidade de descrição;

6.2. Notas Gerais – Neste elemento de descrição devem ser incluídas as informações que não se encaixam em nenhum outro elemento ou que os complementa.

7. Área de Controle da Descrição – Identifica as informações referentes à descrição, como quem, onde e porque realizou esta atividade. Os elementos compreendidos são:

7.1. Nota do Arquivista – Quaisquer informações que o profissional julgar importante referente à preparação da descrição: “serve de validação das informações prestadas na descrição, fornecendo as fontes utilizadas e os nomes dos profissionais envolvidos no trabalho” (ibid, p.56);

7.2. Regras ou Convenções – Se destina a identificar as normas utilizadas na descrição;

7.3. Data(s) da(s) Descrição(ões) – Identificar as datas em que foram realizadas ou revisadas as descrições, contextualizando esta atividade.

8. Área de Pontos de Acesso e Descrição de Assuntos – Registra termos que auxiliam na localização da unidade. Esta área não está presente na ISAD(G). O elemento compreendido é:

8.1. Pontos de acesso e indexação de assuntos – Importante elemento de descrição destinado a identificação de pontos de acesso que facilitarão a pesquisa.

Surgida com a intenção de ser aplicada a todo tipo de documento arquivístico, a NOBRADE apresenta, inclusive, exemplos que demonstram essa flexibilidade. No próprio texto introdutório da Norma que fala sobre a estrutura e seu uso, encontra-se:

Esta Norma deve ser aplicada à descrição de qualquer documento, independente de seu suporte ou gênero. Informações específicas para determinados gêneros de documentos podem e devem, sempre que necessário, ser acrescentadas. (CONARQ, 2006, p.19)

A flexibilidade é uma das maiores qualidades das normas internacionais e da NOBRADE. A promessa de adaptação a qualquer nível e a qualquer gênero documental, sugere a capacidade de adaptação da norma a outras realidades, além da arquivística.

3 INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

Para a realização deste estudo, que objetiva analisar a aplicabilidade da NOBRADE dentro das diversas áreas das Ciências da Informação, foi determinado a utilização de elementos já empregados em instituições com características dessas áreas. Essa metodologia possibilita o embasamento das conclusões em realidades diferentes, saindo do âmbito exclusivamente teórico para entrar no contexto real de necessidades em que estão inseridas.

Foram selecionadas três instituições que representam cada uma das disciplinas da Ciência da Informação. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, com características da arquivologia; a Biblioteca Nacional do Brasil, da Biblioteconomia e o Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa, da Museologia. Foram estudados os instrumentos de pesquisa existentes nas instituições de modo a identificar os elementos de pesquisa utilizados.

Portanto, nesta seção, serão apresentadas as instituições observadas e que viabilizaram a realização deste trabalho, sua natureza e contextualização, bem como os elementos de descrição de fotografias identificados. Esses elementos foram identificados conforme o instrumento de pesquisa encontrado em cada, pois estes são os que entram em contato com o usuário e que efetivamente suprem suas necessidades.

3.1 Centro de Pesquisa e Documentação da FGV

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas custodia acervos documentais brasileiros, no que se refere à documentação de importantes pessoas públicas. Contando com mais de duzentos fundos documentais, ele tem como função

primordial a custódia, organização e disponibilização deste acervo rico em informações que contam a história do país.

Além da custódia desse acervo, também desenvolveu, ao longo de seus trinta e seis anos de história, importantes ações que contribuíram para a preservação da memória nacional. O Programa de História Oral vem realizando entrevistas com personalidades que fizeram a história do Brasil que desde 1975, acumulou quase mil entrevistas. Na mesma época, começou a construção do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, publicado pela primeira vez em 1984 e atualmente sendo revisado para disponibilização pública em meio digital. Com esses e outros projetos, o CPDOC/FGV é reconhecido como importante fonte de pesquisa histórica.

O Centro de Pesquisa e Documentação está basicamente dividido em Setor de Documentação e Setor de Pesquisa, sendo este último responsável pela pesquisa e produção intelectual referente à história do país. O Setor de Documentação

congrega as atividades e serviços que dizem respeito ao acervo histórico depositado no CPDOC. O Setor é constituído pelo Programa de Arquivos Pessoais, responsável pelo tratamento e divulgação dos arquivos doados ao Centro e o Programa de História Oral, responsável pelo controle e divulgação das entrevistas realizadas pelos pesquisadores da equipe. É no âmbito do Setor de Documentação que são discutidas questões relativas à preservação e ao acesso a essas diferentes fontes de pesquisa, bem como são desenvolvidos projetos que envolvem o tratamento e a referenciação de **acervos arquivísticos** e a constituição de bancos de entrevistas. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, [s.d.], grifo nosso.)

Este Setor, com características de arquivo, conta com fundos constituídos por diversos gêneros documentais, incluindo as fotografias. A descrição das fotografias é feita da mesma maneira que outros gêneros de documentos, justamente pela característica de arquivo que considera a relação dos documentos entre si e, assim, não teria sentido descrevê-las de maneira isolada. Os elementos descritivos são subdivididos⁶ como segue:

⁶ As subdivisões estão apresentadas como no instrumento de pesquisa consultado, disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>. A numeração foi incluída de maneira a facilitar a visualização do escalonamento.

1. Identificação – Área destinada a descrever informações que possibilitem a identificação e a diferenciação das unidades de descrição, umas em relação às outras;

1.1. Classificação – Elemento que se destina a explicitar o código alfa-numérico que identifica o documento fotográfico. Está subdividida em três partes essenciais: código do fundo documental a qual está inserido, precedido do tipo documental, no caso, fotografia e, posteriormente, o seu número de registro;

1.2. Série – Identifica a série em que o documento está inserido;

1.3. Tipo – Identifica o gênero⁷ ou espécie⁸ documental a que se refere, neste caso, usa-se “fotos (Iconografia)”⁹;

1.4. Título – Identificação construída com base na imagem e contexto de produção de modo a nomear a fotografia;

1.5. Data de Produção – Deve-se identificar neste elemento a data em que a imagem foi produzida;

1.6. Quantidade de Documentos – Busca identificar a quantidade de documentos que se evidencia dentro da unidade de descrição;

1.7. Descrição Física – Se destina à realização da descrição física dos documentos fotográficos, deve-se incluir a quantidade, modo (preto e branco, colorido, etc.) e dimensões do suporte;

1.8. Locais – Este elemento está destinado a identificar o local, cidade, estado e/ou país;

2. Arquivo – Este elemento se refere ao fundo documental onde a fotografia está inserida;

3. Autoridades – Refere-se ao fotógrafo ou estúdio que produziu a documentação;

⁷ Gênero documental refere-se à “Reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso(1), como documentos audiovisuais, documentos bibliográficos, documentos cartográficos, documentos eletrônicos, documentos filmográficos, documentos iconográficos, documentos micrográficos, documentos textuais.(ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.99)

⁸ Espécie documental refere-se à “divisão de gênero documental que reúne tipos documentais por seu formato. São exemplos de espécies documentais ata, carta, decreto, disco, filme(2), folheto, fotografia, memorando, ofício, planta, relatório”. (Ibid, p.85)

⁹ Documento Iconográfico refere-se ao “gênero documental integrado por documentos que contêm imagens fixas, impressas, desenhadas ou fotografadas, como fotografias e gravuras.” (ibid, p.76)

4. Notas – Área destinada a descrever outros fatores que não se enquadrem nos elementos anteriores. Neste elemento pode-se incluir os métodos de composição de imagem, dados referentes aos negativos, originais, entre outros.

3.2 Biblioteca Nacional

A Biblioteca Nacional do Brasil, atualmente localizada na cidade do Rio de Janeiro, tem sua origem remetida à vinda da Família Real ao Brasil, que trouxe o acervo da Real Livraria entre os anos de 1810 e 1811, depois da invasão de Portugal pelas tropas francesas comandadas por Napoleão. Desde então, a Biblioteca vem adquirindo um acervo de valor inestimável, que atualmente somam mais de nove milhões de itens, chegando a atender cerca de quinze mil usuários por mês.

Em 1990 juntamente “com sua biblioteca subordinada, a Euclides da Cunha, do Rio de Janeiro, e o Instituto Nacional do Livro, com sua Biblioteca Demonstrativa, de Brasília, passaram a constituir a Fundação Biblioteca Nacional (FBN)” (BIBLIOTECA NACIONAL, [s.d]) que está subordinada ao Ministério da Educação e Cultura. A partir disso, a Biblioteca incorporou funções do Instituto Nacional do Livro que foi extinto no mesmo ano, como por exemplo, a coordenação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Além disso, tem como função primordial a coleta, guarda e difusão da produção intelectual brasileira, que é garantida através da lei do Depósito Legal, que estabelece a obrigatoriedade da remessa à Biblioteca Nacional de um exemplar de todas as publicações produzidas em território nacional (BRASIL, 2004). Com isso, evidencia-se sua classificação de biblioteca nacional em contrapartida da pública, além de

possuir mecanismo estruturado para compra de material bibliográfico no exterior a fim de reunir uma coleção de obras estrangeiras, nas quais se incluam livros relativos ao Brasil ou de interesse para o país; elabora e divulga a bibliografia brasileira corrente através dos Catálogos em linha, disponíveis no Portal Institucional (www.bn.br); é também o centro nacional de permuta bibliográfica, em âmbito nacional e internacional. (BIBLIOTECA NACIONAL, [s.d])

Seu acervo é constituído por diversas coleções, adquiridas por compra ou doação, além do material oriundo do Depósito Legal. Possui inúmeros exemplares de obras raras, não se limitando a livros, mas também outros tipos de impressos, manuscritos, partituras musicais, mapas e fotografias entre outros

Para garantir a manutenção de seu acervo, a FBN possui laboratórios de restauração e conservação de papel, estando apta a restaurar, dentro das mais modernas técnicas, qualquer peça do acervo que precisar desse serviço. Possui também oficina de encadernação e centro de microfilmagem, fotografia e digitalização. (ibid)

Seu acervo fotográfico provém basicamente Coleção Thereza Christina Maria, doada em 1891 pelo ex-Imperador D. Pedro II, que desejava conservar o nome de sua esposa e sua descrição é feita baseando-se em elementos apresentados¹⁰ a seguir:

1. Autor – Identificação do nome do fotógrafo ou estúdio que produziu a fotografia. No caso de fotógrafos, é sucedido pelo o ano de nascimento e morte;

2. Título – Nome dado a fotografia ou a série, geralmente formado pelo nome do fotografado, seguido do local e data onde a fotografia foi produzida. Após, é incluído o nome do fotógrafo;

Descrição Física – Descrição das características físicas da fotografia ou da série: quantidade, emulsão, modo (preto e branco, colorido, entre outros) e tamanho;

3. Notas – Elemento onde são descritos diversos fatores, tais como: a presença de algum suporte externo à fotografia, características do negativo, coleção a que pertence, estado de conservação, sinais de validação (carimbos e assinaturas) e outros que se julguem importantes e que não se enquadrem nos outros elementos;

4. Resumo – Descrição detalhada do fotografado;

5. Publicado em – Elemento que se destina a identificar as obras onde as fotografias foram publicadas;

6. Exposições – Elemento que se destina a identificar as exposições onde as fotografias foram exibidas;

7. Assuntos – Lista os temas que remetem à fotografia a ser descrita;

¹⁰ As subdivisões estão apresentadas como no instrumento de pesquisa consultado, disponível em: http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=bs&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&use=tipo&disp=list&ss=N EW&arg=album|fotografico. A numeração foi incluída de maneira a facilitar a visualização do escalonamento.

8. Gêneros – Designação das fotografias segundo o seu tipo. Por exemplo, fotografias aéreas, fotografias astrológicas, entre outros;

9. Características Físicas – Características da cópia fotográfica ao que se refere à emulsão do suporte fotográfico utilizado;

10. Autoria Secundária – Identificam-se outras opções de autoria a que o pesquisador poderia buscar, pode ser, por exemplo, o nome do estúdio fotográfico, outros fotógrafos envolvidos, etc.;

11. Localização – Descreve o código que identifica fisicamente e com exatidão a fotografia dentro do acervo.

Vale ainda considerar que a apresentação a qual se teve acesso, a do usuário, apresenta formato característico de uma ficha catalográfica destinada a documentos em suportes tradicionais, como os livros.

3.3 Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa

O Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, localizado na cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul e está subordinado à Secretaria de Estado da Cultura e recebeu este nome como uma homenagem ao patrono da imprensa no Brasil. É uma instituição que se destina à conservação, a pesquisa e a divulgação de acervos provindos das mais diversas áreas da Comunicação Social, como por exemplo: Imprensa Escrita, Publicidade, Imagem, Som e Telefonia. Atuando junto à comunidade desde 1974, o Museu ocupa o prédio da sede do antigo jornal A Federação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), e

conta, nos seus três pavimentos, com espaços para exposições onde são realizadas mostras fotográficas, de peças publicitárias, de materiais e objetos que reconstituem os diferentes períodos históricos da Comunicação Social em nosso Estado. (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, [s.d.]

Seu acervo é constituído por importantes obras referentes à memória da Comunicação Social no Estado e está basicamente dividido em duas áreas: Área de Imprensa e Propaganda e Área de Imagem e Som.

Em função da diversidade tipológica dos acervos do Museu, incluindo sua valiosa coleção de objetos que contam sobre as transformações técnicas dos meios de comunicação, bem como seu antigo parque gráfico com impressoras rotativas gráficas e linotipos, a instituição diferencia-se por congrega no seu espaço acervos arquivísticos e museológicos. (MUSEU DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2007)

As fotografias do acervo estão inseridas na Área de Imagem e Som. São fotografias acumuladas e adquiridas ao longo dos anos por órgãos públicos, privados e pessoas físicas, que datam desde o final do século XIX:

Esse acervo foi constituído na Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini, na história da telefonia no Estado e através de importantes doações da comunidade. São imagens impressas, presentes em álbuns e cartões-postais, e fotografias em diversos tipos de processos e suportes fotográficos (fotografias em papel albuminado, coladas em cartão, fotografias com gelatina e prata, negativos de vidro e filmes flexíveis em diversos formatos) (...). (ibid)

Estas fotografias receberam tratamento, onde foram realizadas atividades de conservação, restauração e organização. A descrição documental é realizada através de uma ficha¹¹ com itens divididos da seguinte maneira:

1. Área de Controle – Se refere ao controle da custódia de fotografias;
 - 1.1. Número de Registro – Identifica o registro da fotografia conforme as normas da instituição. Cada fotografia recebe um número único;
 - 1.2. Número de Chamada – Número que identifica a localização física da fotografia;
 - 1.3. Catalogação – Tema principal em que a fotografia foi classificada;
 - 1.4. Indexação – Identifica outros temas em formato de palavras-chave que remetem a fotografia;
 - 1.5. Pesquisa – Destinado às informações sobre condições de pesquisa ao material;

¹¹ As subdivisões estão apresentadas como no instrumento de pesquisa consultado.

2. Área de Entrada Principal – Esta área descritiva refere-se ao autor principal: fotógrafo, estúdio, entre outros;

3. Área de Entrada Secundária – Destinada a identificar outras opções de autoria a que o pesquisador poderia buscar. Por exemplo, o nome do estúdio fotográfico, outros fotógrafos envolvidos, entre outros;

4. Área de Título, Local, Data e Indicação de Responsabilidade – Área destinada a identificar elementos a cerca da criação da fotografia;

4.1. Título – Deve-se identificar o título de acordo com a imagem fotográfica a ser descrita;

4.2. Local e Data – Descrever local e data em que a fotografia foi produzida;

4.3. Indicação de Responsabilidade – Indicação dos direitos autorais da fotografia;

5. Área de Publicação – Destina-se a identificar as obras onde as fotografias foram publicadas;

5.1. Data de Produção – Elemento onde se deve indicar a data que a obra em que a fotografia foi produzida ou inserida;

5.2. Local de Publicação / Distribuição – Local da editora que publicou a obra;

5.3. Editor / Distribuidor – Elemento que se destina a identificar a editora que publicou a obra em que a fotografia foi inserida;

5.4. Data de Publicação – Identifica a data de publicação da obra;

5.5. Impressão – Identifica dados da impressão da obra;

6. Área de Descrição Física – Área destinada a descrever as características físicas da fotografia, como emulsão do suporte fotográfico, tamanho, modo (preto e branco, colorida, entre outros), etc.;

7. Área de Notas – Destinada à descrição de informações complementares;

7.1. Negativos e Reproduções – Identificação da existência de outras cópias e negativos da fotografia a ser descrita;

7.2. Outros Itens Originais – Destinada a identificar outros tipos de originais referentes à fotografia a ser descrita;

7.3. Notas de Título – Informações adicionais que se refiram ao título proposto à fotografia;

7.4. Notas de Local e Data – Identifica elementos adicionais referentes ao local e data em que a fotografia foi produzida;

7.5. Notas de Índice e Responsabilidade – Elemento destinado a fornecer elementos complementares sobre inventário e direitos autorais;

7.6. Duplicação de diapositivos – Indicações sobre exemplares e possibilidades de duplicação de diapositivos;

7.7. Notas de descrição física – Identifica informações sobre a descrição física e sobre o estado de conservação;

7.8. Material Adicional – Identificação de outras unidades documentais que se relacionem com a fotografia;

7.9. Nome da Coleção – Nome da coleção em que se está inserida a fotografia;

7.10. Notas de aquisição – Elemento destinado ao detalhamento de informações sobre a aquisição das fotografias;

7.11. Restrições – Neste elemento, devem ser descritas as limitações impostas para a pesquisa;

7.12. Históricos – Elemento onde devem ser descritas as fases pela qual passou a fotografia;

7.13. Localização dos Originais – No caso de cópias, identifica a localização do original;

7.14. Em – Complementando o elemento anterior, descreve as instituições que custodiam os originais;

7.15. Notas de Pesquisa – Destinado à descrição de informações que auxiliem na pesquisa;

7.16. Resumo – Descrição detalhada do fotografado;

7.17. Organização / Arranjo – Maneira como as unidades documentais são organizadas entre si e internamente;

7.18. Exemplares existentes no acervo – Lugar destinado à descrição da existência de outros exemplares da mesma fotografia em diferentes séries.

4 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

Considerando que as três metodologias de descrição fotográfica, foram baseadas na necessidade do usuário que, encontram nesta, subsídios que suprem sua necessidade de pesquisa, cabe a comparação com os campos da NOBRADE para, assim, verificar seu grau de eficiência.

4.1 Semelhanças e Diferenças

Após apresentados os elementos descritivos da NOBRADE, bem como os utilizados pelas três instituições analisadas, criou-se um quadro comparativo para a melhor visualização das semelhanças e diferenças entre elas, bem como facilitar a identificação dos elementos similares, quais não estão previstos e ainda aqueles elementos que não são utilizados por nenhuma delas.

Quadro 1: Comparativo entre os elementos das instituições pesquisadas e a NOBRADE

NOBRADE	INSTITUIÇÕES ANALISADAS		
	Arquivo: CPDOC/FGV	Biblioteca Nacional	Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa
1. Área de Identificação			
1.1. Código de referência	1.1. Classificação	12. Localização	1.1. Número de registro 1.2. Número de Chamada
1.2. Título	1.4. Título	2. Título	4.1. Título
1.3. Data(s)	1.5. Data de produção 1.8. Locais	2. Título	4.2. Local e Data
1.4. Nível de descrição			
1.5. Dimensão e suporte	1.3. Tipo 1.6. Quantidade de documentos 1.7. Descrição física	3. Descrição física 4. Notas 9. Gêneros	6. Área de descrição física 7.7. Notas de descrição física
2. Área de Contextualização			
2.1. Nome(s) do(s) produtor(es)	2. Arquivo	1. Autor 11. Autoria Secundária	2. Área de Entrada Principal 3. Área de Entrada Secundária
2.2. História administrativa / Biografia			7.12. Históricos
2.3. História arquivística			
2.4. Procedência			7.10. Notas de aquisição
3. Área de Conteúdo e Estrutura			
3.1. Âmbito e conteúdo		5. Resumo	7.16. Resumo
3.2. Avaliação, eliminação e temporalidade			
3.3. Incorporações			

NOBRADE	INSTITUIÇÕES ANALISADAS		
	Arquivo: CPDOC/FGV	Biblioteca Nacional	Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa
3.4. Sistema de arranjo	1.2. Série		7.9. Nome da Coleção 7.17. Organização / arranjo
4. Área de Condições de Acesso e Uso			
4.1. Condições de acesso	4.3. Indicação de responsabilidade		1.5. Pesquisa 7.11. Restrições
4.2. Condições de reprodução			
4.3. Idioma			
4.4. Características físicas e requisitos técnicos	1.7. Descrição física	3. Descrição Física 4. Notas	6. Área de Descrição Física
4.5. Instrumentos de pesquisa			
5. Área de Fontes Relacionadas			
5.1. Existência e localização dos originais			7.1. Negativos e reproduções 7.2. Outros itens originais 7.13. Localização dos originais 7.14. Em
5.2. Existência e localização de cópias			7.6. Duplicação de diapositivos 7.18. Exemplares existentes no acervo
5.3. Unidades de descrição relacionadas			7.8. Material Adicional
5.4. Notas sobre publicação		6. Publicado em 7. Exposições	5.1. Data de Produção 5.2. Local de publicação 5.3. Editor / Distribuidor 5.4. Data de Publicação 5.5. Impressão

NOBRADE	INSTITUIÇÕES ANALISADAS		
	Arquivo: CPDOC/FGV	Biblioteca Nacional	Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa
6. Área de Notas			
6.1. Notas sobre conservação	3. Notas	4. Notas	7.7. Notas de Descrição Física
6.2. Notas gerais	3. Notas	4. Notas	7.3. Notas de Título 7.4. Notas de Local e Data 7.5. Notas de índice e responsabilidade 7.7. Notas de descrição física 7.15. Notas de Pesquisa
7. Área de Controle da Descrição			
7.1. Nota do arquivista			
7.2. Regras ou convenções			
7.3. Data(s) da(s) descrição(ões)			
8. Área de Pontos de Acesso e Indexação de Assuntos			
8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos		8. Assuntos	1.3. Catalogação 1.4. Indexação

4.2 Análise da NOBRADE com relação às instituições

A partir deste quadro comparativo e visando os objetivos expostos na seção introdutória deste estudo, surge a necessidade de uma análise dos elementos utilizados pelas instituições em comparação à NOBRADE, para que seja possível a conclusão sobre a real eficiência da Norma em relação a fotografias. A priori, serão discutidos os elementos descritivos semelhantes e, posteriormente, serão analisados os que não obtiveram correspondência. Para esta análise, se usará a numeração da tabela acima.

Os elementos da Norma onde foram encontrados correspondentes nas três instituições analisadas, são os que seguem:

1.1. Código de referência – Encontra-se referência nas três instituições, pois apresenta um dos principais pontos de recuperação da informação. Com diferenças na nomenclatura e na sua estrutura, mas com a mesma finalidade, a identificação de maneira simples e rápida auxilia na localização física das fotografias, através de representações alfanuméricas.

1.2. Título – Correspondência exata quanto à nomenclatura e com a finalidade de identificar amplamente sobre o que se trata a imagem. Basicamente, referencia o fotografado, local e ocasião onde a imagem foi captada. A única das três instituições que segue um padrão para este elemento é a Biblioteca Nacional, o que se justifica pelas características da ciência a qual se refere.

1.3. Datas – Como já visto, a NOBRADE refere-se a datas, além da data cronológica, também a data tópica, que se refere ao local. Duas das instituições apresentam este elemento subdividido em data e local. Já, a Biblioteca Nacional apresenta este elemento inserido no título (1.2).

1.5. Dimensão e suporte – Elemento que se refere à quantidade e ao tipo de suporte. Não foi identificada correspondência específica em nenhuma instituição, porém as informações encontram-se distribuídas em diversos elementos conforme expresso no Quadro 1.

2.1. Nome(s) do(s) produtor(es) - Este elemento se refere, no caso da Biblioteca e do Museu, ao fotógrafo ou estúdio fotográfico detentores dos direitos autorais da fotografia. Já no caso do CPDOC, o elemento mais próximo que se

encontrou foi o de número 2 Arquivo, que se refere ao fundo documental, porém também pode ser entendido como o custodiador da documentação, inclusive dos direitos de uso. Nesta instituição não houve referência quanto a identificação dos direitos autorais. Vale ainda considerar a diferenciação de autoria primária e secundária proveniente da Biblioteconomia, considerando um autor principal e outros, se existirem, como secundários. Esta visão não é usada pela Arquivologia, porém é aceita pela Museologia.

2.2. História administrativa / Biografia e 2.4. Procedência – A única instituição que considerou estas descrições foi o Museu de Comunicação. Nas outras duas instituições estas informações vêm acompanhando a descrição do fundo documental ou coleção, desconsiderando etapas mais específicas.

3.1. Âmbito e conteúdo – Ironicamente, a única das instituições que não dedicou um elemento exclusivamente para definir o conteúdo de produção da imagem fotográfica foi o CPDOC. Este é o elemento que mais se preocupa com o contexto de criação do documento.

3.4. Sistema de arranjo e 4.1 Condições de acesso – Somente o CPDOC e o Museu de Comunicação preocuparam-se em explicar a organização interna e organicidade de suas unidades descritivas, bem como as condições para acessar os documentos.

5.1. Existência e localização dos originais, 5.2. Existência e localização de cópias e 5.3. Unidades de descrição relacionadas – Somente definidos pelo Museu de Comunicação. Visa obter a clareza na relação dos originais e cópias existentes no acervo ou em outra instituição. Porém, os dois primeiros elementos (5.1. e 5.2.) não estão claramente expressados, mas de maneira esparsa dentro de elementos mais amplos.

5.4. Notas sobre publicação – Refere-se à publicação das fotografias em outras obras. Presente na Biblioteca Nacional e no Museu de Comunicação, este último salienta os elementos que são exigidos pelos padrões técnicos da Biblioteconomia. Nos arquivos

6.1. Notas sobre conservação e 6.2. Notas gerais – Estes elementos estão presentes nas três instituições. No Museu sob a forma de elementos mais detalhados e nas outras duas sob a forma de um elemento mais amplo. Pela observação, evidenciaram-se dois problemas: o primeiro, exposto pelo Museu de Comunicação, que apresenta inúmeros elementos específicos, tornando o

instrumento extremamente longo e confuso, e no caso das outras instituições que apresentam apenas um elemento amplo, de modo a dificultar na descrição das informações. Diante disso, nota-se a necessidade da área para notas ser equilibrada, não sendo específica nem ampla em demasia.

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos – Este elemento não é contemplado na Norma Internacional ISAD(G), sendo incluído na elaboração da NOBRADE. Foi encontrado na Biblioteca e no Museu.

Os elementos da Norma que não são usados por nenhuma das três instituições analisadas, são os que seguem:

1.4. Nível de descrição – Elemento usado a partir das normas de descrição. Como nenhuma das instituições analisadas se vale das normas, não houve adoção deste elemento.

2.3. História Arquivística – Refere-se à trajetória do documento até sua inclusão no fundo documental correspondente. Este elemento acaba perdendo um pouco o sentido de existir na aplicação da Norma em bibliotecas e museus, onde esta relação não é relevante.

3.2. Avaliação, eliminação e temporalidade – Basicamente ligada ao Ciclo Documental dos Documentos, este elemento não tem significação fora do contexto arquivístico.

3.3. Incorporações – Também só faz sentido descrever este elemento no âmbito da arquivística, pois em bibliotecas e museus os documentos são adquiridos de maneira isolada, com a finalidade de formar um acervo grande e não pequenas unidades documentais.

4.2. Condições de reprodução e 4.5. Instrumentos de pesquisa – Estes importantes elementos que facilitariam o acesso do usuário ao arquivo também ficaram de fora dos instrumentos de pesquisa das instituições.

4.3. Idioma – Este elemento não foi considerado nos instrumentos de pesquisa, pois evidencia-se que no caso das fotografias não é usada uma linguagem textual, tornando este elemento sem utilidade para este gênero documental.

7.1. Nota do arquivista, 7.2. Regras ou convenções e 7.3. Data(s) da(s) descrição(ões) – Elementos que se referem à própria descrição documental foram dispensadas nas três instituições, evidenciando que as normas arquivísticas existentes não foram utilizadas na elaboração de seus instrumentos de pesquisa.

Ao que se pode ver, a Norma consegue abarcar todos os elementos presentes nos instrumentos de pesquisa das instituições pesquisadas. Com isso, chega-se a conclusão de que a Norma é capaz de alcançar o objetivo analisado no presente trabalho: a descrição de fotografias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Surgida em meados do Século XIX, a fotografia atingiu hoje papel fundamental no cotidiano da sociedade moderna. Com o advento da tecnologia digital, a fotografia alcançou as diferentes classes sociais, sendo ferramenta fundamental para o registro de eventos sociais de qualquer natureza.

Com o advento da Nova História Cultural, a fotografia passou a ser considerada fonte primária fundamental para a pesquisa histórica.

Não se constituindo objeto específico de uma das disciplinas da Ciência da Informação, a fotografia é encontrada tanto em arquivos, como em bibliotecas, museus e centros de documentação. Embora receba tratamento técnico diferenciado em cada uma dessas instituições, no que se refere aos instrumentos de busca e recuperação de informações existem diversos pontos de convergência.

No âmbito da Arquivologia, a atividade de descrição é normatizada através de normas em âmbito nacional e internacional. Em nível internacional, a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)) e a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias (ISSAR (CPF)) foram as primeiras elaboradas com a finalidade de tornar esta atividade arquivística mais objetiva, porém de forma generalizada, deixando que as especificidades fossem desenvolvidas a nível nacional. Assim, surgiu a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) que harmonizou as Normas internacionais para a realidade brasileira.

A aplicação da NOBRADE não se restringe a utilização para descrever documentos convencionais (textuais em suporte papel). Pelo contrário, sua premissa é de que seja aplicada a todo e qualquer gênero documental, independente do suporte onde a informação esteja registrada.

Partindo, primeiramente, dessa premissa, o presente trabalho teve por objetivo a análise do grau de eficiência da referida Norma para a descrição de fotografias. Além dessa análise, foi observada a possibilidade de sua aplicação nas demais áreas da Ciência da Informação, detentoras de acervos fotográficos.

Desta forma, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, a Biblioteca Nacional e o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa foram objetos de

estudo deste trabalho. Os instrumentos de pesquisa de fotografias destas instituições foram analisados, com o objetivo de observar os elementos descritivos utilizados por tais instituições e se esses eram compatíveis com a NOBRADE.

Obviamente nem todos os elementos da Norma poderão ser identificados nas instituições com caráter diferente à da Arquivologia, pois cada uma apresenta visões de objeto, objetivos e necessidades diferentes umas das outras.

Porém, para que a NOBRADE seja aplicada na descrição de fotografias além de sua área de origem, a Arquivologia, viabilizando, assim, a troca de informações entre outras áreas da Ciência da Informação, é preciso que algumas questões sejam consideradas.

Foi observado que apesar de a Norma abarcar a totalidade de elementos encontrados nos diferentes tipos de instituições, existe um problema de especificidade nos elementos descritivos encontrados. Um único elemento da NOBRADE pode abarcar vários elementos contidos nos instrumentos de busca analisados, ou mesmo o contrário: vários elementos dos instrumentos formarem um único na Norma. Isto evidencia ainda a necessidade de padronização na descrição documental, independente da área da Ciência da Informação, pois com uma simples mudança na nomenclatura do elemento descritivo pode contribuir para esse processo.

A presença de elementos específicos na descrição das fotografias, como por exemplo, a identificação da emulsão e de técnicas fotográficas, faz com que surja a idéia de um novo formato para as normas de descrição, tornando-as flexíveis para determinados gêneros documentais. Apesar de a NOBRADE contemplar todos os elementos descritivos contidos nos instrumentos de busca e recuperação da informação pesquisados e ser perfeitamente aplicável a fotografias, sente-se a necessidade de uma norma que abarque as especificidades dos demais gêneros documentais que não textual, englobando, também, as necessidades de pesquisa das demais disciplinas da Ciência da Informação. Nesse sentido, a troca de experiências entre essas áreas é essencial para que uma não se sobressaia à outra, mas que se construa uma norma condizente com ambas as teorias.

A elaboração de uma norma objetivando as três disciplinas da Ciência da Informação visa, principalmente, o atendimento ao usuário destas instituições, pois os instrumentos de pesquisa são o elo da relação instituição-pesquisador. A padronização desses instrumentos é de grande valia quando esta relação é

analisada, pois além de facilitar a pesquisa para o usuário, tornando a adaptação ao instrumento mais fácil e ágil, as instituições seriam beneficiadas no tocante aos pedidos de acesso às informações por parte destes usuários, pois tais pedidos seriam mais eficientes.

Foi possível identificar com o estudo detalhado dos instrumentos de pesquisa, as diferenças naturais entre uma área e outra. A Arquivologia com a preocupação além dos documentos únicos e isolados, considerando seu contexto e valorizando informação e suporte, a Biblioteconomia com suas normas bem solidificadas, preocupada em localizar a informação e não com o acesso imediato e a Museologia, compartilhando características de ambas, ora preocupada com a informação, ora com o suporte. Apesar dessas especificidades, as áreas possuem alguns pontos em comum, sendo um deles, o objeto de estudo deste trabalho: a fotografia.

Assim, conclui-se que, apesar da NOBRADE corresponder a todos os elementos descritivos encontrados nos instrumentos de pesquisa de fotografias utilizados pelo arquivo, biblioteca e museu analisados e de ser eficiente para a descrição de tal gênero documental, faz-se necessária sua adaptação para este e demais gêneros que não textuais, priorizando elementos que descrevam as especificidades destes documentos. Apesar de a Norma atender as necessidades de descrição das instituições, percebe-se sua tecnicidade, não sendo possível, através deste estudo, analisar a aceitação desta por parte do usuário das instituições. Para tanto, é fundamental que antes da adaptação da NOBRADE ou mesmo da elaboração de uma norma que abarque as três áreas da Ciência da Informação, seja realizado um estudo de usuários de ambas as instituições, verificando, assim suas necessidades. Desta forma, se terá subsídios para a adaptação/ construção de uma norma consistente.

REFERÊNCIAS

ALBRECH, Karl. Um modelo de inteligência organizacional. In: **HSM Management**. São Paulo, n.44 mai-jun 2004. Disponível em: http://www.consultoriadomestica.com.br/cgi-bin/curso/m02/a04/m02a04t03_inteligencia_organizacional.pdf. Acesso em: 12 de outubro de 2009.

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de, MURGUIA, Eduardo Ismael. A análise do documento fotográfico através das normas ISAD (G) e AACR2. In: **Congresso Brasileiro de Sociologia**, XIII, 2007, Recife. Disponível em: [http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT22%20Sociedade%20da%20Informação%20e%20Sociedade%20do%20Conhecimento/Microsoft%20Word%20-%20SBS-_GT_Soc._da_Informação-_ANA\[1\].pdf](http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT22%20Sociedade%20da%20Informação%20e%20Sociedade%20do%20Conhecimento/Microsoft%20Word%20-%20SBS-_GT_Soc._da_Informação-_ANA[1].pdf) Acesso em: 28 de outubro de 2009.

ARAUJO, V. M. R. H. de. **Informação: de Dominação e de Submissão**. Ciência da Informação, Brasília, v. 20, n. 1, p. 37-44, 1991.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARRUDA, Maria Izabel de Moreira. **O laudo médico legal como fonte de informação e seu papel social**. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - IBICT/UFRJ, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Orientador*: Lena Vania Ribeiro Pinheiro.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Histórico. In: **Website Institucional**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, [s.d.]. Disponível em: http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=11. Acesso em: 05 de dezembro de 2005.

BRASIL. **Lei n. 10.994**, de 14 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10994.htm. Acesso em 01 de novembro de 2009.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia e Museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 25, p. 3-15, 2006.

BURKE, Peter (Org). Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro. In: **A escrita da história**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CALDEIRA, Paulo da Terra. Museus. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra (Org.). **Introdução às fontes de Informação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

CÂNDIDO, Maria Inez. *Documentação Museológica*. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Brasília/MINC/IPHAN/Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006, p.34–79.

CASTRO, Astréa de Moraes e; CASTRO, Andresa de Moraes e; GASPARIAN, Danuza de Moraes e Castro. **Arquivística arquivologia: arquivística = técnica, arquivologia = ciência**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988.

CIA, Conselho Internacional de Arquivos. **ISAAR(CPF): Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias**. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Disponível em: <http://www.portal.arquivonacional.gov.br/Media/ISAAR%20Brasil%20final.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2009.

CIA, Conselho Internacional de Arquivos. **ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística**. 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 15 de outubro de 2009.

CONARQ, Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CONARQ. **Resolução Nº 20**, de 16 de Julho de 2004.

FERREZ, Helena Dodd. *Documentação museológica: teoria para uma boa prática*. **Estudos museológicos**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994, p. 64-74.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005(a).

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **A norma brasileira de descrição**. In: Congresso de Arquivologia do Mercosul, 6, 2005, Campos do Jordão. Anais. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2005(b).

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História contemporânea do Brasil. Setor de Documentação. In: **Website Institucional**. Rio de Janeiro: FGV, [s.d.]. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm>. Acesso em: 05 de novembro de 2009.

GASKELL, Ivan. *História das Imagens*. In: **A escrita da história**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

GASQUE, Kelley Cristine G. D.; TESCAROLO, Ricardo. **Sociedade da aprendizagem: informação, reflexão e ética**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a05v33n3.pdf>. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, p. 35-40, 2005.

GICO JUNIOR, Ivo Teixeira. **O documento eletrônico como prova no Brasil**. [s.l.], 1999. Disponível em: http://www.alfa-redi.com/apc-aa-alfaredi/img_upload/9507fc6773bf8321fcad954b7a344761/gico.pdf. Acesso em 22 de junho de 2009.

HAGEN, Acacia Maria Maduro . **Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística**. Ciência da Informação, Brasília, v. 27, n. 3, p. 293-299, 1998.

HONOR, André Cabral. **Burke e a Nova História Cultural**. Pergaminho – Revista Eletrônica de História. João Pessoa, UFPB, ano 1, n. zero, 2005.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Arquivo. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra (Org.). **Introdução às fontes de Informação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

LEÃO, Flávia Carneiro. A Normalização da Descrição Arquivística: a ISAD(G) e os arquivos permanentes. In: **Anais do III encontro de base de dados sobre informações arquivísticas**. Rio de Janeiro: III encontro de base de dados sobre informações arquivísticas, 2009.

LE COADIC, Yves-françois. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete; CALDEIRA, Paulo da Terra (Org.). **Introdução às fontes de Informação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

LOPEZ, André Porto Ancona. Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. (Projeto como fazer, 6)

LOUREIRO, José Mauro M.; LOUREIRO, M. L. N. M.. Museus e Divulgação Científica: singularidades da transferência da Informação científica em ambiente museológico. In: **VII CINFORM - Informação, Humanismo e Desenvolvimento**, 2007, Bahia. VII CINFORM - Informação, Humanismo e Desenvolvimento, 2007.

MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven*. Groningen : Erven B. van der Kamp., 1898. (Trad. brasileira de Manoel Adolpho Wanderley, sob o título: **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1973).

MÜLLER, Tânia M. P. A fotografia como instrumento e objeto de pesquisa: imagens da imprensa e do Estado do cotidiano de crianças e adolescentes do Serviço de Assistência ao Menor - SAM - (1959-1961). In: **29ª Reunião Anual da ANPED: Educação, Cultura e Conhecimento na Contemporaneidade**, 2006, Caxambu. Educação, Cultura e Conhecimento na contemporaneidade. Rio de Janeiro: Anped, 2006. v.1. Disponível em:

<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT02-1796--Res.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2009.

MUSEU DE COMUNICAÇÃO SOCIAL Hipólito José da Costa. **Memória visual de Porto Alegre e as transformações da cidade 1880 - 1960**: Acervo de imagens do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Cultura, 2007. Folheto.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA (Rio Grande do Sul). Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. In: **Website Institucional**. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Cultura, [s.d.]

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PEREZ, Carlos Blaya. **Análise morfológica de imagens fotográficas**. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUR, IV, 2001, San Lorenzo, Paraguay. Resumo dos trabalhos. San Lorenzo: [s.n], 2001.

PEREZ, Carlos Blaya; SILVA, Rita de Cássia Portela; VALCARENGHI, Emily Vivian; PROZEBON, Flávia; ADOLFO, Luciane Baratto. O tratamento de acervos fotográficos e sua importância para construção da memória. In: **II Congresso Nacional de Arquivologia**, 2006, Porto Alegre - RS. Anais do II Congresso Nacional de Arquivologia: os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento, 2006.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **Em busca de um caminho interdisciplinar: proposta de núcleo teórico e prático de disciplinas comuns aos cursos de Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1998. 29p.

_____. **Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área**. O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: UFPB, 2002, v., p. 61-86.

REGISTRO, Tânia Regina. **O arranjo de fotografias em unidades de informação: fundamentos teóricos e aplicações práticas a partir do Fundo José Pedro Miranda do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto**. Dissertação. Disponível em: http://polo1.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/registro_tc_me_mar.pdf. Acesso em: 01 de setembro de 2009.

RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; GARCIA, Olga Maria Corrêa; PENNA, Elenita Freitas. **Introdução à Arquivologia**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1997.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manoel Luís. **Arquivística – Teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Daniella Rebouças. As formas de ver as formas: Uma tentativa de compreender a linguagem expositiva dos museus. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, [s.l.], v.16, n.16, p.69-101, 1999. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/352>. Acesso em: 28 de outubro de 2009.

SILVA, Maria de Lourdes Vasques da; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Descrição de documentos fotográficos: aspectos teórico-metodológicos e modelo de aplicação. In: **Congresso Nacional de Arquivologia**, 2, 2006, Porto Alegre. Anais. Disponível em: http://www.aargs.com.br/cna/anais/maria_lourdes.pdf. Acesso em: 27 de outubro de 2009.

SILVA, Rosani Beatriz Pivetta da. **Descrição Arquivística**. In: Curso de Especialização a Distância em Gestão em Arquivos. Santa Maria: UFSM, 2009.

VASQUEZ, Pedro Karp. **História da Fotografia**: Uma Introdução (Não Publicado). 2000.